

1ª Edição - 2021

CADERNO DE TREINAMENTO

Dir. Penal Militar

PMCE-FGV

300

**QUESTÕES GABARITADAS
SEPARADAS POR TEMA**

CONTÉM: DICAS PARA SUA APROVAÇÃO!



CONHEÇA MAIS TÍTULOS EM:
WWW.ARTEJUR.COM.BR



Prof. Wagner Lobo

01- VUNESP Órgão: PM-SP Assinale a alternativa que descreve uma conduta que se enquadra nas hipóteses previstas no art. 9º do Código Penal Militar.

A Durante uma discussão sobre times de futebol, um Cabo da Polícia Militar, reformado, pratica o crime de lesão corporal contra outro Cabo da Polícia Militar, da ativa, que se encontrava de folga, em um bar.

B Um Sargento da Polícia Militar, da ativa, durante a folga, utilizando arma da Instituição Policial Militar, pratica o crime de ameaça contra seu vizinho, civil, em virtude de este ter proferido palavras ofensivas à sua filha adolescente.

C Um Soldado da Polícia Militar, da ativa, em serviço, efetua, intencionalmente, um disparo de arma de fogo para o alto em um lugar habitado, praticando o crime de “disparo de arma de fogo”, previsto no Estatuto do Desarmamento.

D Durante uma discussão sobre times de futebol, um Cabo da Polícia Militar, da ativa, de folga, pratica o crime de lesão corporal contra outro Cabo da Polícia Militar, reformado, em um bar.

02- EsFCEx Nos termos do Código Penal Militar, no que concerne à equiparação do militar inativo (integrante da reserva ou reformado) a militar da ativa, é correto afirmar que

A somente ocorrerá a equiparação do militar inativo ao ativo, na hipótese de cometimento de crime propriamente militar.

B a legislação foi alterada, retirando-se a possibilidade de o militar inativo se equiparar ao militar da ativa.

C o militar inativo cometerá os crimes militares previstos para o militar ativo, exceto com relação ao crime de deserção.

D o militar inativo empregado na administração militar equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

E mesmo sendo inativo, o militar cometerá todos os crimes militares previstos para o militar ativo.

03- De acordo com o Código Penal Militar, Código Processo Penal Militar e jurisprudência, assinale a opção INCORRETA.

A O marinheiro em prestação do serviço militar inicial que pratica o crime militar e, no curso do processo, é licenciado pela administração militar, passando à situação de civil, será julgado perante o Conselho Permanente de Justiça.

B Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda da graduação das praças.

C O Código Penal Militar prevê que a execução da pena privativa da liberdade, não superior a 2 anos, pode ser suspensa, por 2 anos a 4 anos,

D É imprescritível a execução das penas acessórias.

E A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de trinta anos.

04- CIAAR De acordo com o Código Penal Militar, no que se refere à aplicação da lei penal militar, qual assertiva abaixo diz respeito diretamente à lei supressiva de incriminação?

A Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

B A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

C A lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato, para se reconhecer qual a mais favorável.

D Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.

05- Assinale a alternativa INCORRETA no que concerne ao Código Penal Militar.

A Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

B A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

C É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

D Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

E Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

06- EsFCEX Nos termos do Código Penal Militar, no que concerne à equiparação do militar inativo (integrante da reserva ou reformado) a militar da ativa, é correto afirmar que

A somente ocorrerá a equiparação do militar inativo ao ativo, na hipótese de cometimento de crime propriamente militar.

B a legislação foi alterada, retirando-se a possibilidade de o militar inativo se equiparar ao militar da ativa.

C o militar inativo cometerá os crimes militares previstos para o militar ativo, exceto com relação ao crime de deserção.

D o militar inativo empregado na administração militar equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

E mesmo sendo inativo, o militar cometerá todos os crimes militares previstos para o militar ativo.

07- PM-RO Em relação ao Art. 89 do CPM, que trata do Livramento Condicional, marque a alternativa INCORRETA:

A Um dos requisitos para que ocorra o Livramento Condicional, é que o condenado tenha cumprido metade da pena, se primário.

B Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado, em sentença irrecorrível, a penal privativa de liberdade.

C O condenado a pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a 02 (dois) anos pode ser liberado condicionalmente.

D A boa conduta durante a execução da pena, a adaptação ao trabalho e às circunstâncias atinentes à sua personalidade, ao meio social e à sua vida pregressa, permitem supor que voltará a delinquir.

E Em seu § 2º, contempla o livramento etário, em que se reduz a exigência de cumprimento de pena para menores de 21 e maiores de 70 anos.

08- Quanto à parte geral do Código Penal Militar, é correto afirmar que

A as medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo do crime, prevalecendo sobre a lei vigente ao tempo da sentença ou da execução.

B a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, não se aplica retroativamente, quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

C para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

D ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, contudo, não cessa, em virtude dela, a vigência de sentença condenatória irrecorrível, nem mesmo quanto aos efeitos de natureza civil.

09- De acordo com a aplicação da lei penal militar, prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.

A Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.

B Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, exceto se sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

C Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas conjuntamente.

D Ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, aplica-se a lei penal comum.

E Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

10- Considera-se crime militar, em tempo de paz,

A o praticado por civil contra policial rodoviário federal.

B o praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública

C o praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

D o cometido em qualquer lugar, caso comprometa ou possa comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares.

E o praticado em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

11- Segundo o Código Penal Militar, é considerado "militar", para efeito de aplicação do direito penal militar, o

A agente de segurança privada portador de arma de fogo.

B militar reformado empregado na administração militar.

C policial rodoviário federal.

D membro do Ministério Público Militar.

E Ministro de Estado da Defesa.

12- O direito penal militar é um ramo especializado, cujo corpo de normas se volta à instituição de infrações penais militares, com as sanções pertinentes, voltadas a garantir os princípios basilares das Forças Armadas, constituídos pela hierarquia e pela disciplina. Quanto ao direito penal militar vigente no Brasil, assinale a alternativa correta.

A O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

B Por se tratar de ramo peculiar do Direito, o direito penal militar não precisa guardar coerência com o direito constitucional vigente desde 1988.

C O militar infrator pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.

D A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente.

E A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

13- Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra "V", quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra "F" quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() A competência da Justiça Militar acaba por se confundir com o conceito de crime militar, vez que sempre compete a uma Justiça Militar - estadual, distrital ou da União - o processo e julgamento dos crimes militares.

() A chamada "Regra dos 6 passos" permite diferenciar a lesão corporal grave da leve.

() Mesmo antes da vigência da lei 13.491/2017, a redação da cognominada “Lei dos crimes hediondos” não impedia sua aplicação ao crime militar de tráfico de drogas.

A F – F – V .

B V - F - F .

C F - V - F .

D V - F - V .

E F - F - F .

14- No que concerne ao Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A O lugar do crime, quanto aos crimes comissivos, é regido pela teoria da ubiquidade.

B A suspensão condicional da pena se aplica, ainda que em tempo de guerra, ao crime de violência contra superior.

C Com relação ao tempo do crime, o Código Penal militar filiou-se à teoria do resultado.

D Para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, desde que não sejam de propriedade privada.

E Os crimes militares, em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão de competência da Justiça Militar da União.

15- Sabe-se que no meio militar a hierarquia e a disciplina possuem fundamental importância, com vistas ao regular cumprimento das ordens emanadas pelos militares superiores hierárquicos. Nesse contexto, é importante definir o conceito de “superior”. Assim, de acordo com o Código Penal Militar, considera-se “superior”, para efeito da aplicação da lei penal militar:

A o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.

B os militares apátridas ou brasileiros que perderam a nacionalidade.

C os juízes, os representantes do Ministério Público e os funcionários da Justiça Militar.

D qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em posto, graduação, ou sujeição à disciplina militar.

E a pessoa que assim se declarar perante as autoridades brasileiras ou estrangeiras, militares ou não, em tempo de guerra.

16- Para os efeitos da aplicação da lei penal militar, é CORRETO afirmar:

A O militar da reserva conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, somente quando contra ele é praticado crime militar

B O oficial da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, o que não ocorre com a praça, por não haverem tais prerrogativas em relação à sua graduação.

C O militar da reserva, ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

D O militar da reserva ou reformado não goza de prerrogativas do posto ou graduação relativas à aplicação da lei penal militar.

17- Sobre a aplicação da Lei Penal Militar no tempo, analise as afirmativas a seguir:

I. O conflito intertemporal, em regra, soluciona-se com a irretroatividade da Lei Penal Militar.

II. A retroatividade e a ultratividade da Lei Penal Militar representam o reconhecimento da aplicação de uma lei penal militar em um período fora de sua vigência ou eficácia. Podemos exemplificar com a Lei Militar temporária.

III. Se uma Lei Penal Militar retira do ordenamento jurídico um tipo penal previsto em Lei anterior, essa nova norma não pode retroagir no tempo, diante das peculiaridades inerentes à justiça castrense.

IV. O Código Penal Militar brasileiro adotou a teoria da ação ou da atividade para definir o tempo do crime.

Estão CORRETAS

A I e II, apenas.

B I e III, apenas.

C II e III, apenas.

D I, II e IV, apenas.

E I, II, III e IV.

18- Sobre a aplicação da Lei Penal Militar, analise as afirmativas a seguir:

I. O Código Penal Militar adotou, para a lei penal militar no espaço, tanto a regra da territorialidade quanto a regra da extraterritorialidade.

II. A lei posterior que favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

III. As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

IV. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Estão CORRETAS

A I e II, apenas.

B I, II e IV, apenas.

C I, III e IV, apenas.

D II, III e IV, apenas.

E I, II, III e IV.

19- Segundo o Código Penal Militar (CPM),

A aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo

B o defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, mesmo que venha a ser alegado ou conhecido antes da prática do crime.

C o militar estrangeiro, ainda que em comissão ou estágio nas Forças Armadas, não fica sujeito à lei penal militar brasileira, mas à lei do respectivo país de origem.

D consideram-se crimes militares em tempo de guerra somente aqueles previstos como tais no CPM.

E sempre que uma lei posterior alterar, no CPM, a tipificação de um delito ou a pena a ele prescrita, tal lei, mesmo que prejudicial ao agente, aplicar-se-á retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

20- Assinale a alternativa correta quanto à aplicação das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

A As penas de perda do posto e da patente e a incompatibilidade com o oficialato são as únicas privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória

B As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória

C As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são de competência originária de todos os órgãos da Justiça Militar

D As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, continuam a ter aplicação como pena acessória.

GABARITO

1-C	2-D Art. 12.	3-C Art. 84	4-D Art. 2º	5-D Art. 5º, 6º
6-D Art. 12	7-D	8-C Art. 3º	9-E Art. 7º	10-C Art. 9º
11-B Art. 12.	12-A Art. 1º	13-A	14-A	15-A
16-C	17-D	18-C	19-A	20-B
21: C Art. 9º	22: A	23: E Art. 57.	24: A Art. 11.	25: B Art. 2º § 2º
26: E	27: A Art. 99	28: B	29: A Art. 13.	30: C Art. 2º
31: B Art. 6º	32: D Art. 7º, § 1º	33: C Art. 190.	34: B Art. 11.	35: D Art. 6º
36: C Art. 2º	37: C Art. 2º	38: C Art. 195.	39: D Art. 7º	40: D Art. 11, 25, 48, 29

DICA: LEI PENAL NO TEMPO

1. "*Novatio legis*" incriminadora - fato antes ATÍPICO que agora é crime. Regra: NÃO RETROAGE (PRINCÍPIO DA LEGALIDADE)
2. "*Novatio legis in pejus*" - Nova lei que PREJUDICA o réu. Regra: NÃO RETROAGE
3. "*Abolitio criminis*" - Extingue o crime. Regra: APLICA DE FORMA IMEDIATA
4. "*Novatio legis in melius*" - Nova lei que BENEFICIA o réu. Regra: APLICA DE FORMA IMEDIATA

DICAS: TEMPO E LUGAR DO CRIME

LUA-TA:

LUGAR-----> **UBIQUIDADE** PARA O CRIMES COMISSIVOS.

LUGAR-----> **ATIVIDADE** PARA OS CRIMES OMISSIVOS.

TEMPO: **ATIVIDADE** PARA AMBOS.

DICAS: CRIMES PROPRIAMENTE E IMPROPRIAMENTE MILITAR

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:

II - os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:

- **A) (ATIVO) X (ATIVO)**
- **B) ATIVO (LUGAR SUJEITO ADM. MIL.) X R. REMUNERADA / REF / CIVIL**
- **C) MILITAR (SERVIÇO / RAZÃO DA FUNÇÃO) X R. REMUNERADA / REF / CIVIL**
- **D) ATIVO X PATRIMÔNIO / ORDEM ADM. MILITAR**

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

- **A) R. REMUNERADA / REF / CIVIL X PATRIMÔNIO / ORDEM ADM. MILITAR**
- **B) R. REMUNERADA / REF / CIVIL X Militar ATIVA / Func. JUST. MILITAR (LUGAR SUJEITO ADM. MIL.)**
- **C) R. REMUNERADA / REF / CIVIL X MILITAR EM SERVIÇO**

CRIME PRATICADO POR CIVIL x MILITAR

► **Civil x Militar Federal (FORÇAS ARMADAS)** - Justiça Militar da União julgará.

► **Civil x Militar Estadual (PM/BM)** - Justiça Comum julgará (Justiça Militar dos Estados não julga civil).

PRINCIPAIS ARTIGOS DO TÓPICO I

Art. 1º - Princípio da **Legalidade**

Art. 2º - **Lei supressiva de incriminação (ABOLITION CRMINIS).**

Art. 5º - **Tempo do crime - Teoria da atividade ou ação**

Art. 6º - **Lugar do crime**

Art. 7º - **Territorialidade, Extraterritorialidade**

Art. 9º - **crimes militares em tempo de paz**

Art. 10 **crimes militares, em tempo de GUERRA**

Art. 11, 12, 13 - **Militares estrangeiros / Equiparação a militar da ativa / Militar da reserva ou reformado**

Art. 22, 23, 24 **Equiparação a militar / Comandante / Superior**

DICA: PENAS ACESSÓRIAS

Perda de posto e patente, Art. 99:

- condenação a **pena privativa de liberdade**
- tempo **superior a dois anos**
- perda das **condecorações**.

Indignidade para o oficialato, Art. 100:

- condenado, **qualquer que seja a pena**
- crimes de **traição, espionagem ou cobardia**,

- qualquer dos definidos nos arts. 161, 235, 240, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 303, 304, 311 e 312.

Incompatibilidade com o oficialato, Art. 101:

- condenado nos crimes dos arts. 141 e 142.

Exclusão das forças armadas, Art. 102:

- condenação da **praça a pena privativa de liberdade**
- tempo **superior a dois anos**
- exclusão das forças armadas

Perda da função pública, Art. 103:

- assemelhado ou o civil
- condenado a pena privativa de liberdade por crime cometido com abuso de poder ou violação de dever inerente à função pública;
- condenado, por outro crime, a pena privativa de liberdade por mais de dois anos.
- aplica-se ao militar da reserva, ou reformado, se estiver no exercício de função pública de qualquer natureza

Inabilitação para o exercício de função pública, Art. 104:

- prazo de dois até vinte anos
- condenado a reclusão por mais de quatro anos
- crime praticado com abuso de poder ou violação do dever militar ou inerente à função pública.

Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela, Art. 105.

- condenado a pena privativa de liberdade
- mais de dois anos, seja qual for o crime praticado, fica suspenso do exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, enquanto dura a execução da pena, ou da medida de segurança imposta em substituição (art. 113).

Suspensão dos direitos políticos, Art. 106:

- Durante a execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição, ou enquanto perdura a inabilitação para função pública, o condenado não pode votar, nem ser votado.

21- Segundo a nova redação do artigo 9º do Código Penal Militar (CPM), dada pela Lei nº 13.491/2017, assinale a alternativa correta.

A Somente aqueles que estiverem previstos no CPM serão crimes militares.

B O civil menor de 18 anos de idade responderá, perante a Justiça Militar Estadual, por crime militar que praticar contra policial militar.

C Os crimes de que trata o artigo 9º do CPM, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou pelo ministro de Estado da Defesa.

D Somente aqueles cometidos em área sob administração militar, e desde que cometidos por militar da ativa contra militar da ativa, serão considerados crimes militares.

E Não há mais hipótese de que crimes militares possam ser cometidos por civil, mesmo os de competência da Justiça Militar da União.

22- Bandidos pertencentes à facção “Bandidos sanguinários”, organização criminosa de grande porte, responsável por dezenas de explosões de caixas eletrônicos, assaltos a banco e maior parte do tráfico na região metropolitana de uma grande cidade brasileira atacam um quartel do Exército durante a madrugada do dia 28 de outubro de 2016.

Matam um soldado sentinela de forma silenciosa, com golpe de faca, para poderem entrar no quartel e roubar fuzis. Embora não tivessem alicate de corte, conseguem facilmente, com uma simples coronhada abrir o cadeado de uma reserva de armamento da Companhia comandada pelo Capitão Lennon porque este colocara cadeados bem frágeis, provisoriamente na grade da reserva, contrariando normas expressas que determinam cadeados bem mais resistente e fortes, que não abririam sem material específico.

Os meliantes são interrompidos pela chegada rápida do comandante da guarda e quatro sentinelas, acionados quando o cabo da guarda encontrou o corpo da sentinela. Os bandidos correm para o muro para conseguirem fugir com as armas. Como dois dos criminosos apontam fuzis para os militares, estes respondem atirando e atingem um dos bandidos no peito, ficando este no local e sendo capturado pelos militares.

Os demais fogem com 12 fuzis com carregadores e se evadem do quartel, passando a usar as armas para atividades criminosas de tráfico de drogas. As investigações não conseguem bons resultados pelos métodos comuns, mas o Capitão do Exército Paul, encarregado do 1PM consegue convencer o criminoso capturado da facção, que acabou sobrevivendo, a falar, apontando os autores e a localização dos fuzis, mediante benefícios de um acordo de colaboração premiada, o Capitão Paul resolve tratar disso com o MPM (Ministério Público Militar).

Considere que as condutas narradas no caso descrito no texto da página 13 foram praticadas contra um quartel da PM (Polícia Militar), subtraídas armas da PM, esfaqueados policiais da PM, os disparos fossem contra policiais da PM e o bandido atingido o fosse pelo disparo de um Policial militar.

Com base nisso, analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F”, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa correta:

() Segundo muitos autores os crimes praticados pelos invasores seriam comuns, com base no fato de as Justiças Militares estaduais não processarem e julgarem civis: muito embora a natureza de crime militar e a competência sejam coisas distintas e uma norma de competência não seja abolitio criminis, fatores que levam ao entendimento, por outros autores, que tratar-se-iam de crimes militares de competência da justiça comum.

() Se o disparo que atingiu o invasor, que depois se confirmou ser civil, foi efetuado pelo Soldado PM Ringo, que veio com o comandante da guarda combater a invasão, uma decisão sobre o recebimento ou rejeição de uma denúncia oferecida contra Ringo, por tal conduta, seria da justiça comum.

() Sendo, nesta hipótese, o Capitão Lennon, um policial militar, não tendo ressarcido o dano, e sendo recebida uma denúncia contra ele, Lennon seria processado e julgado por um Conselho de Justiça presidido pelo oficial mais antigo que o integrasse.

A V - V - F

B V - F - V

C V - V - V

D V - F - F

E F - V - V

23- O artigo 5º da Constituição Federal prevê, em seu inciso XLVII que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra, declarada pelo Presidente da República. De acordo com o texto, assinale a alternativa CORRETA:

- A O Código Penal Militar prevê o prazo prescricional de vinte e cinco anos para a pena de morte.
- B A sentença condenatória definitiva da condenação de morte não transita em julgado antes da comunicação ao Presidente da República, que poderá conceder indulto ou anistia.
- C A execução da pena de morte dar-se-á por enforcamento ou fuzilamento.
- D Aplicar-se-á a pena de morte a qualquer crime militar, quando for adequada ao grau de reprovabilidade do crime.
- E Tendo transitado em julgado a sentença de condenação à morte, será comunicada ao Presidente da República, e poderá ser executada imediatamente em zona de operações de guerra, quando o interesse da ordem e da disciplina militar assim o exigir.

24- Em relação à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta:

- A Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.
- B Ninguém poderá ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive os efeitos de natureza civil.
- C Aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, ainda que em lugares sujeitos à administração militar e o crime atente contra as instituições militares, não se aplica a lei penal militar.
- D Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou da omissão.
- E Para o efeito da aplicação penal, o militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, não se equipara ao militar em situação de atividade.

25- No direito penal comum vigora o princípio da irretroatividade da lei mais gravosa. No entanto, há a possibilidade de aplicação retroativa de lei posterior ao fato, desde que mais benéfica ao agente. De acordo com o Código Penal Militar, para a apuração da maior benignidade da lei posterior

- A deverá ser considerada a composição das normas da lei vigente à época do fato e das normas constantes na lei posterior cujo efeito retroativo se pretende operar.
- B a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis
- C a lei posterior somente pode ser considerada mais benéfica se tornar o fato atípico ou isentar o agente de culpa.
- D não há regra expressa, razão pela qual não deve ocorrer a aplicação retroativa da lei mais benéfica.
- E a classificação da lei deverá ser considerada, sendo certo de que haverá a aplicação retroativa da lei posterior mais benéfica quando o fato típico houver sido praticado durante a vigência de lei temporária.

26- Um candidato civil adentra em uma Organização Militar situada no Rio de Janeiro para a realização de uma prova de concurso para ingresso na Marinha do Brasil; mas, por não estar portando um documento de identificação válido, é impedido de realizar a prova. Irresignado, profere palavras ofensivas aos militares que faziam parte da organização do concurso, assim como desfere golpes em militares responsáveis pela segurança do local, causando-lhes lesões leves. Considerando o fato acima narrado, marque a opção correta.

- A O candidato não cometeu crimes militares, visto que as vítimas não estavam no exercício de função militar. No entanto, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.
- B O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. No entanto, como o agente é civil, a competência para julgar os crimes é da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

C O candidato não cometeu crimes militares, mas sim crimes comuns, uma vez que é civil. Assim, o regular processo penal deverá se desenvolver em uma das varas criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

D O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. No entanto, como o agente é civil, a competência para julgar os crimes é do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

E O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. Assim, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.

27- A perda de posto e de patente resulta de condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a

A dois anos e importa a perda das condecorações.

B dois anos e não importa a perda das condecorações.

C quatro anos e não importa a perda das condecorações.

D quatro anos e importa a perda das condecorações.

E oito anos e importa a suspensão das condecorações.

28- Ano: 2017 Banca: IADES Órgão: PM-DF A respeito da aplicação do Direito Penal Militar, conforme as normas aplicáveis previstas no Decreto nº 1.001/1969, assinale a alternativa correta.

A O local do crime é apenas onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte.

B A lei posterior que, de qualquer forma, favorecer o agente, retroagirá se já tiver sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

C A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período da respectiva duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante a respectiva vigência.

D A Constituição Federal admite crime sem lei anterior que o defina, bem como pena sem prévia cominação legal.

E O tempo do crime engloba o momento da ação ou omissão, bem como onde se produziu o resultado.

29- Nos termos do Código Penal Militar (CPM), marque a alternativa CORRETA:

A O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.

B Nas infrações disciplinares militares (ilícito administrativo) aplicam-se as penas previstas no CPM.

C Em se tratando de concurso de agentes, tem-se que o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis mesmo que o crime não chegue a ser tentado.

D Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes de que trata o CPM, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o agente seja militar em situação de atividade.

30- Sobre a aplicação da Lei Penal Militar, considerando o regramento estabelecido no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

A Há crime sem lei anterior que o defina e pena sem prévia cominação legal.

B Considera-se praticado o crime no momento da ação, omissão ou do resultado.

C Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.

D Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, e não no local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

31- Quanto ao lugar do crime dos crimes omissivos, o Código Penal Militar adotou a teoria:

- A Unitária.
- B da Atividade
- C da Ubiquidade
- D Mista.
- E do Resultado.

32- No que tange à aplicação da lei penal militar prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.

- A Aplica-se a lei penal militar, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional.
- B Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.
- C Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, exceto os de propriedade privada.
- D É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.
- E A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

33- De acordo com o Código Penal Militar, configura crime de deserção especial, o militar

- A ausentar-se, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.
- B não se apresentar no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias.
- C deixar de se apresentar no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve.
- D deixar de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação.
- E deixar de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.

34- W, militar estrangeiro de país considerado amigo da República Federativa do Brasil, encontra-se em solo pátrio brasileiro realizando estágio profissional, em organização militar da Marinha do Brasil (MB), como representante militar de seu país de onde é oriundo. Entretanto, depois de decorridas algumas semanas de estágio, W desentende-se com um oficial da MB, no interior da sala de instrução em área sob administração militar, sem justo motivo. O fato ocorrido foi enquadrado como o delito previsto no art. 209, §1º (lesão grave), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM). Em face do fato ocorrido, é correto afirmar que:

- A W não se encontra sujeito à legislação penal castrense brasileira, pois, trata-se de militar estrangeiro, embora não exista nenhuma ressalva em tratados ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil.
- B W encontra-se sujeito à legislação penal militar brasileira, desde que não haja tratados ou convenções internacionais que limitem a aplicabilidade daquela. W não se encontra sujeito à legislação penal castrense brasileira, apenas ao Regulamento Disciplinar da Marinha –
- C Decreto nº 88.545, de 26.07.1983 -, pois, trata-se de militar estrangeiro, embora não exista nenhuma ressalva em tratados ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil.

D W por se encontrar apenas realizando estágio profissional, embora não exista nenhuma ressalva em tratados e/ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil, transforma o fato delituoso praticado em uma situação atípica.

E Não há previsão legal, em nosso ordenamento jurídico positivo, que possa exigir das autoridades militares, do Ministério Público Militar e/ou do Judiciário competentes qualquer ação em relação ao fato ocorrido.

35- Quanto ao lugar do crime, segundo o Código Penal Militar:

A adota-se a teoria da ubiquidade para os crimes omissivos e comissivos, nos moldes estabelecidos pelo Código Penal.

B aplica-se, ao crime comissivo, a teoria da ação ou atividade, pois se considera o lugar do crime somente aquele em que a ação criminosa produziu resultado.

C adota-se, ao crime omissivo, a teoria da ubiquidade, pois se considera o lugar do crime aquele em que a conduta omissiva produziu resultado.

D nos crimes omissivos, adota-se a teoria da ação ou atividade, pois o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

36- No que se refere ao conflito de leis no tempo, segundo o Código Penal Militar:

A a lei posterior que favorecer o agente aplica-se retroativamente, salvo quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

B ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, permanecendo vigente, entretanto, a sentença irrecorrível proferida com alicerce à lei anterior.

C para se reconhecer a norma mais favorável, a lei posterior e anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

D há orientação consolidada reconhecendo a possibilidade de se mesclar o regime penal comum e o regime penal castrense, mediante a seleção das partes mais benéficas de cada um deles.

37- De acordo com o Código Penal Militar, a lei posterior ao fato criminoso que, de qualquer outro modo, favorece o agente:

A provoca a anulação de todos os atos formais do processo criminal em curso.

B aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

C aplica-se retroativamente, mesmo quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

D aplica-se apenas aos fatos ocorridos a partir de sua publicação.

E provoca a nulidade absoluta do processo criminal em curso.

38- Marque a alternativa CORRETA. Um militar que estando escalado de serviço de sentinela do Quartel, posto fixo de observação avançada, em noite fria e chuvosa, após iniciar o serviço é surpreendido por seu superior hierárquico, dentro do paiol de munição, afastado de seu posto, deitado e enrolado em um espesso cobertor, à luz do Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, comete:

A Dormir em serviço, artigo 203 do CPM

B Descumprimento da missão, artigo 196 do CPM.

C Abandono de posto, artigo 195 do CPM.

D Recusa de obediência, artigo 163 do CPM.

39- De acordo com as regras acerca da territorialidade quando da aplicação da Lei Penal Militar, tem-se que

A só é aplicável ao crime cometido em navios sob comando militar, com exclusão das demais embarcações de porte inferior.

B é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronaves estrangeiras bastando que esteja em território nacional.

C não será aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave particular, ainda que sob comando militar.

D é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave brasileira mesmo que fora do território nacional.

40- A respeito do Código Penal Militar assinale verdadeiro (V) ou falso (F) para os itens abaixo e a seguir, indique a opção com a sequência correta.

() Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.

() Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.

() Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

() O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa.

Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

A F – F – F – F.

B F – V – V – F.

C V – F – F – F.

D V – V – V – V.

TOPICO II – CRIME

41- De acordo com as regras previstas no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, marque alternativa CORRETA:

A Pelos resultados que agravam especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado dolosamente.

B Há crime militar ainda que o agente o pratique em estrito cumprimento do dever legal.

C Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.

D No crime tentado pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, não podendo o juiz, em nenhuma hipótese, aplicar a pena do crime consumado.

42- Em relação ao crime militar, o Código Penal Militar

A define crime doloso como sendo aquele cometido pelo agente que deixa de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levemente que poderia evitá-lo.

B trata da excepcionalidade do crime culposos, definindo que, salvo os casos expressos em lei, o agente somente será punido por fato previsto como crime caso o pratique dolosamente.

C não prevê punição para os crimes tentados. D expressamente prevê, para a hipótese do crime impossível, a aplicação da pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços.

E afirma que não haverá crime quando o agente que pratica o fato quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

43- O Código Penal Militar, em relação ao estado de necessidade, adota a teoria diferenciadora, prevendo expressamente tanto a figura do estado de necessidade como excludente de culpabilidade quanto o estado de necessidade como excludente de crime. Considera-se em estado de necessidade excludente de culpabilidade aquele

A que, pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, seja consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não seja legalmente obrigado a arrostar o perigo.

B que, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe seja razoavelmente exigível conduta diversa.

C que, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atingir uma pessoa em vez de outra, o qual responderá como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir.

D que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

E que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, seja, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

44- Assinale a alternativa INCORRETA no que concerne ao Código Penal Militar.

A Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

B A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

C É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

D Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

E Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

45- A respeito do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

B Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior podem ser consideradas em conjunto, aplicando-se de cada qual a parte mais prejudicial.

C Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da conduta.

D A pena cumprida no estrangeiro, ainda que diversa, exclui a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

E A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

46- A respeito do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

B Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior podem ser consideradas em conjunto, aplicando-se de cada qual a parte mais prejudicial.

C Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da conduta.

D A pena cumprida no estrangeiro, ainda que diversa, exclui a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

E A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

47- Após ter sido advertida pelo Oficial de dia na parada (formatura do início do serviço da guarda), por estar com o uniforme em desalinho, a Sargento Erínia foi tomada pelo sentimento intenso de raiva e, como estava de serviço no rancho, resolveu vingar-se do jovem Tenente Ícaro. Assim, planejou colocar duas folhas de beladona (planta extremamente venenosa) na salada que serviria ao Tenente, no jantar daquele domingo. Planejou e começou a executar seu plano.

Por volta das 18h30min, a Sargento Erínia levou ao refeitório dos oficiais a refeição do Tenente, na qual estavam as folhas tóxicas. Deixou o prato sobre a mesa e voltou para o rancho. Ocorre que, naquela noite, o Subcomandante do Quartel resolveu ir até a Organização Militar para assinar um documento e, por estar com sede, passou no refeitório. Vendo o prato do Tenente, decidiu experimentar um pouquinho de salada e acabou pegando uma das folhas de beladona. Em poucos minutos os sintomas da intoxicação começaram a aparecer, até que, três horas mais tarde, o subcomandante morreu envenenado.

Realizadas as perícias e os exames, constatou-se a causa morte e, no decorrer das investigações, descobriu-se que a Sargento Erínia desejava matar o oficial de dia. Com base nesse fato, assinale a alternativa correta.

A Trata-se de hipótese de error in personae, já que o erro aconteceu por falha na representação, pela Sargento, da pessoa a ser atingida. Assim, se levam em consideração as condições pessoais do indivíduo efetivamente ofendido; no caso, o subcomandante do quartel.

B Trata-se de hipótese conhecida como aberratio criminis, pois ocorreu um acidente ou imprevisão na execução do crime que fez com que a conduta recaísse sobre outra pessoa, diferente do alvo original. Mesmo assim, devem-se levar em consideração as condições pessoais da pessoa que a Sargento Erínia queria atingir; no caso, o Tenente Ícaro.

C Trata-se de erro de fato e, tendo em vista que a conduta da Sargento Erínia atingiu pessoa diversa daquela que ela pretendia matar (Tenente Ícaro), ela deverá responder por homicídio culposo em relação ao Subcomandante do Quartel.

D Trata-se de hipótese conhecida como aberratio ictus, pois ocorreu um acidente ou imprevisão na execução do crime que fez com que a conduta recaísse sobre outra pessoa, diferente do alvo original. Mesmo assim, devem-se levar em consideração as condições pessoais da pessoa que a Sargento Erínia queria atingir; no caso, o Tenente Ícaro.

E A conduta é atípica, pois o iter criminis foi interrompido por um fato inesperado que não estava na linha de desdobramento físico imaginada e prevista pela Sargento Erínia.

48- A respeito dos crimes militares em tempo de paz, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Um militar que servia em determinado quartel verificou que o veículo de outro militar estava estacionado na unidade com a porta destrancada e com a chave na ignição. Sem autorização, ausentou-se do aquartelamento com o carro e, ao final do dia, retornou e devolveu as chaves ao proprietário, que já tinha comunicado ao comandante da organização o suposto furto.

Assertiva: Nessa situação, o fato narrado configuraria furto de uso, mas este é considerado atípico pelo Código Penal Militar.

Certo Errado

49- O traço característico e essencial da conduta criminosa é sua relação de contrariedade com o ordenamento jurídico, ao que se denomina antijuridicidade ou ilicitude. Portanto, parte-se da premissa de que a prática de um fato típico sugere a ilicitude. Entretanto, em situações excepcionais, o legislador autoriza o comportamento típico tornando-o “conforme o direito”, e o faz valendo-se de normas penais permissivas, mais conhecidas como causas excludentes da antijuridicidade, previstas no art. 42 do CPM. Além delas, existem causas justificativas supralegais, que são reconhecidas como produtos do próprio dinamismo social. A respeito das excludentes de ilicitude, é correto dizer que

A o estado de necessidade pressupõe uma ponderação entre os bens jurídicos preservado e sacrificado e se configura até quando o perigo é iminente, desde que comprovada a inexigibilidade de conduta diversa do agente.

B o parágrafo único do art. 42 do CPM dispõe sobre uma espécie autônoma e inominada de excludente da ilicitude, destinado a permitir o uso de meios violentos pelos superiores contra os subalternos, em situações excepcionais, a fim de que cumpram missões ou executem manobras salvíficas ou redentoras.

C enquanto o Código Penal Brasileiro adotou a teoria dualista do estado de necessidade, isto é, separou nitidamente o estado de necessidade justificante do estado de necessidade exculpante, o Código Penal Militar filiou-se à teoria monista, pela qual o estado de necessidade sempre interfere na antijuridicidade.

D a legítima defesa própria pode ser reconhecida nas hipóteses em que o agente teme ser agredido, independentemente de qualquer ação prévia, ameaça ou ensaio de ataque do provável agressor.

E nas hipóteses de lesão corporal leve, o consentimento da vítima é reconhecido, pelo Superior Tribunal Militar, como causa supralegal de exclusão da ilicitude.

50- Segundo o Código Penal Militar, “a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis”, configura a hipótese de erro:

A de fato.

B culposo

C provocado

D de direito.

E sobre a pessoa.

51- O TÍTULO II do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, – Código Penal Militar (CPM), trata sobre o CRIME, trazendo algumas concepções a respeito de erros. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com o que o Código Penal Militar disciplina sobre erro em seu TÍTULO II.

A No erro de fato, quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima, responde pelo crime na forma culposa.

B No erro de direito, exclui-se a culpabilidade do agente, não lhe aplicando qualquer pena, quando este, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

C Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente apenas se o fato for também punível como crime doloso.

D É isento de pena quem, por erro ou outro acidente na execução do crime, atinge bem jurídico diverso do visado.

E Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

52- Na visão material (essência da infração, sob o ponto de vista da sociedade), constitui o crime toda a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena; na ótica formal (captada a essência pelo legislador, transformar-se em lei), é a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena, devidamente prevista em lei. Sobre a teoria do crime militar, assinale a alternativa correta.

A Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

B É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços. C Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime unicamente a título de culpa.

D O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.

E Entende-se em legítima defesa quem, usando desejosamente os meios necessários, repele justa ou injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

53- Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() Com a vigência Lei nº 13.491/17 que causou grande mudança no conceito de crime militar, quando um crime estiver previsto no Código Penal Militar (CPM) e no Código Penal (CP) comum, prevalecerá, via de regra, o tipo penal contido no CPM, em razão de a lei ser de direito material e por a lei especial prevalecer sobre a comum.

() Segundo Guilherme Rocha, crime militar por equiparação seria o crime não previsto no CPM, mas apenas na legislação comum, que passou a ser crime militar, com a vigência da Lei nº 13.491/17, caso se enquadre em hipótese do artigo 9 do CPM.

() Se um Policial Militar mantiver em sua mesa, no quartel, uma arma ilegal, com numeração raspada, mesmo com a vigência da Lei nº 13.491/17 o crime será comum, pois a lei fez mudanças apenas em relação aos crimes militares federais.

A F - F - V.

B V - V - F.

C F - V - F .

D V - V - V .

E F - F - F .

54- Com relação à exclusão do crime, é possível dizer que não há crime quando o agente pratica o fato em:

A legítimo direito de praticar a contravenção penal.

B estado de ânimos exaltados.

C estado de necessidade.

D exercício irregular de direito.

E restrito cumprimento do dever ilegal.

55- Nos termos do Código Penal Militar, quando o agente, deixando de empregar a cautela, atenção, ou diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levianamente que não se realizaria ou que poderia evitá-lo, diz-se o crime:

A tentado.

B culposos.

C doloso.

D impossível.

E sem efeito

56- Em relação ao crime militar, é CORRETO afirmar:

A Nos casos previstos no Código Penal Militar, não há punição em relação ao crime tentado.

B Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

C Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, sempre diminuída de um terço.

D Nos casos previstos no Código Penal Militar, em relação à tentativa, é vedada a aplicação da pena correspondente ao crime consumado.

57- Sobre a imputabilidade penal e concurso de agentes previstos no Código Penal Militar, analise as proposições a seguir:

I. Não é imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

II. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

III. A pena é atenuada com relação ao agente cuja participação no crime é de menor importância.

IV. A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

Estão CORRETAS

A I, II, III e IV.

B I, III e IV, apenas.

C III e IV, apenas.

D II e IV, apenas.

E I e II, apenas.

58- Sobre o título “do crime”, previsto no Código Penal Militar, analise as assertivas a seguir:

I. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

II. Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, pune-se pela tentativa.

III. Não é culpado quem comete o crime sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.

IV. Não é culpado quem comete o crime em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

Estão CORRETAS

A I, II, III e IV.

B I, III e IV, apenas.

C III e IV, apenas.

D II e IV, apenas.

E I e II, apenas.

59- Sobre a coação irresistível e a obediência hierárquica e seu tratamento no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A É culpado quem comete o crime sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.

B É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

C Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, não é punível também o inferior.

D Se na ordem do superior há excesso nos atos ou na forma da execução, não é punível também o inferior.

E Responde pelo crime o autor da coação ou da ordem.

60- Assinale a alternativa correta com relação ao crime militar.

A A omissão é relevante como causa para o crime militar quando o omitente, apesar de não poder, deveria agir para evitar o resultado.

B Diz-se o crime militar tentado quando, iniciada a sua preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

C Deixam de ser elementos constitutivos do crime militar a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa à agressão.

D Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime militar, a pena correspondente ao crime será diminuída de um a dois terços.

E A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente age em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

61- Segundo o artigo 47 do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) assinale, de acordo com os elementos não constitutivos do crime, a alternativa CORRETA:

A Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de superior ou a de inferior, quando não conhecida do agente.

B Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de militar da reserva, quando não conhecida do agente.

C Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação não é praticada em repulsa a agressão.

D Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de militar da reforma, quando não conhecida do agente.

E Deixa de ser elemento constitutivo do crime a qualidade de militar da ativa, quando não conhecida do agente.

62- Marque a opção correta, de acordo com o Código Penal Militar.

A Incorre em erro de direito o agente que, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

B O erro de fato é caracterizado quando o agente supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação de lei, se escusáveis.

C Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

D No erro sobre a pessoa, o agente responde pelo crime considerando as condições e qualidades da pessoa efetivamente atingida.

E Não é culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços, mesmo quando a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso.

63- Sobre o crime culposo, considerando o regramento estabelecido no Código Penal Militar (CPM), marque a alternativa CORRETA:

A Somente nos casos expressos em lei o agente poderá ser punido por fato previsto como crime, quando praticado de forma culposa.

B O agente do crime culposos sempre prevê a possibilidade de ocorrência do seu resultado.

C Será culposos o crime quando o agente assumir o risco de produzir o seu resultado.

D O CPM não prevê a possibilidade de crime militar culposos.

64- Nos termos do Código Penal Militar (CPM), considera-se tentado o crime quando:

A Iniciada a execução, o crime somente se consuma por vontade direta do agente.

B Iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

C Iniciada a execução, o agente desiste de prosseguir na execução do crime.

D Consumada a execução, o agente repara o dano causado.

65- Analise as afirmativas abaixo acerca de causas de exclusão de ilicitude, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa e, em seguida, assinale a alternativa com a sequência correta.

() O Tenente Ringo reage a uma agressão do Sargento Pepper, que tinha em suas mãos uma barra de ferro, desferindo um soco que causa lesão corporal leve e afasta a agressão. O Sargento é esquizofrênico e já foi dado como inimputável em incidente de insanidade mental de processo a que responde com réu. Afasta-se, assim, a antijuridicidade da conduta de Ringo, não por legítima defesa, vez que não há legítima defesa contra inimputável, mas estado de necessidade justificante.

() Se, no caso acima o Tenente Ringo, em vez de parar ao afastar a agressão, prosseguisse batendo no Sargento Pepper por mera maldade e este reagisse batendo com a barra de ferro no oficial por uma vez e interrompendo a agressão, teríamos uma hipótese de legítima defesa sucessiva, vez que nenhuma vedação há em se admitir a legítima defesa por inimputável.

() O Sgt Lennon, percebendo haver densa fumaça na reserva de armamento da 1 Companhia de Infantaria de um batalhão do Exército, localizada em um grande pavilhão em que há alojamentos de pessoal e reservas de material saca sua arma e desfeve vários tiros danificando os cadeados da porta da reserva e, ainda destruiu a porta com uma barra de ferro a fim de ingressar no ambiente e, com um extintor de incêndio, apagar o fogo ainda no início.

A conduta de Lennon, que se amolda à descrição típica de dano doloso, está amparada pelo estado de necessidade justificante.

A F - V - V

B F - F - V

C F - F - F

D V - V - F

E V - V - V

66- O item deve ser respondido com base no texto abaixo.

O Soldado Lennon, recruta do Exército, nascido em 4 de abril de 1998, sequestra, no quartel em que servem, o Soldado Ringo, outro recruta com quem serve, em 16 de março de 2016, a fim de assustar o Ringo que namora a ex namorada de Lennon, Yoko, de quem Lennon tem muito ciúme. Lennon continua indo diariamente ao quartel e mantém Ringo em uma casa de uma cidade praiana do Rio de Janeiro até que Ringo consegue fugir às 8:00h de 8 de abril de 2016 e faz contato com o quartel que prende Lennon em uma festinha na pracinha da cidade, só com a roupa do corpo, ainda em 8 de abril de 2016, às 22:34h antes que Lennon percebesse a fuga, cumprindo mandado de prisão expedido pela 1 Auditoria da 1 Circunscrição Judiciária Militar.

Ringo não sofreu qualquer lesão nem sofreu violência física enquanto esteve preso. Foi instaurado IPM para apurar todas as circunstâncias do crime. Com base, também, no texto ao lado, marque a alternativa correta.

A Em 24 de março de 2016, a organização militar deveria lavrar o Termo de deserção do Soldado Ringo.

B A ausência de Ringo pode ser classificada como decorrente de coação moral irresistível pois, diante dos fatos, ainda que o Código Penal Militar não a admita em crimes contra o dever militar pode haver uma flexibilização em razão do contexto dos fatos. Exclui-se, assim, a culpabilidade.

C A organização militar onde serve Ringo não deveria lavrar o termo de deserção sem apurar o que acontecera com o militar.

D A ausência de Ringo pode ser classificada como decorrente de coação física irresistível e, assim, afasta-se a própria conduta.

E Se foi instaurado processo de deserção, antes de Ringo fugir, o processo pode ser aditado para incluir o Soldado Lennon, que poderá ser condenado nesse processo pelo sequestro do Soldado Ringo.

67- Considerando o estabelecido no Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, acerca do iter criminis (caminho do crime), analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

I. Cogitação é a fase que se passa na mente do agente, de modo a definir qual será a infração penal a ser praticada; idealizando, imaginando, prevendo, planejando e antecipando mentalmente o resultado o qual se busca alcançar.

II. Preparação é a fase em que o agente, uma vez já selecionada a infração penal a ser cometida, começa a se preparar, praticar atos imprescindíveis à execução, cria condições adequadas para a consecução com êxito da empreitada criminosa.

III. Execução é fase na qual o agente consegue efetivamente praticar a infração penal pretendida, violando o bem jurídico protegido, após reunir todos os elementos de sua definição legal, atingindo desta forma o seu intento inicial.

IV. Consumação é a fase na qual o agente evidencia o início do ataque, a agressão, ao bem jurídico protegido, utilizando os meios traçados no plano criminoso. Marque a alternativa CORRETA.

A As assertivas II e IV estão corretas.

B As assertivas I, e III estão corretas.

C As assertivas II e III estão corretas.

D As assertivas I e II estão corretas.

68- Em relação aos crimes preterdolosos previstos no Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001, de 21/10/1969, marque a alternativa CORRETA.

A Os crimes de violência contra o superior (artigo 157 do CPM) e violência contra militar de serviço (artigo 158 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

B É possível afirmar que existe tentativa para todos os crimes preterdolosos previstos no CPM, quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, sendo que, a pena do crime contra a pessoa é sempre diminuída de um terço e a da tentativa sempre diminuída da metade, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

C Os crimes de desrespeito a superior (artigo 160 do CPM) e ofensa aviltante a inferior (artigo 176 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

D Os crimes de rigor excessivo (artigo 174 do CPM) e violência contra o inferior (artigo 175 do CPM) podem ocorrer na modalidade preterdolosa, se da violência resulta lesão corporal ou morte, atendendo-se, neste caso, as circunstâncias que evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo.

69- Em relação ao crime, verifica-se o seguinte:

A salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, desde que não haja dolo

B quando, por eficácia do meio empregado ou por impropriedade do objeto, não se consuma o crime, diz ser um crime impossível.

C o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

D a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa; e considera-se causa a ação ou omissão, sem a qual o resultado teria ocorrido.

70- A respeito do Código Penal Militar assinale verdadeiro (V) ou falso (F) para os itens abaixo e a seguir, indique a opção com a sequência correta.

() Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.

() Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.

() Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

() O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

A F – F – F – F.

B F – V – V – F.

C V – F – F – F.

D V – V – V – V.

71- Durante o serviço, no período noturno, em uma Unidade de Corpo de Bombeiros, um Soldado PM, escalado no serviço de telegrafia, sem intenção, acomodou-se em uma cadeira e dormiu. Tal conduta

A caracterizará o crime de dormir no posto sem autorização de superior, na modalidade culposa.

B caracterizará o crime de dormir em serviço, na modalidade culposa.

C caracterizará o crime de dormir em serviço.

D não caracterizará crime, em face da ausência de dolo.

72- Marque a alternativa correta

A O estado de necessidade excludente de ilicitude tem tratamento semelhante no Código Penal Militar e Código Penal comum.

B O erro de fato não é positivado no Código Penal Militar que adota a antiga dicotomia do Direito Romano.

C Se o comandante de uma operação de garantia da lei e da ordem em uma comunidade do Rio de Janeiro cercar a base de operações com uma cerca de cacos de vidro envenenados e um soldado do Exército, que pulou o muro para furtar armas, morrer envenenado por ser cortado ao pular de volta à cerca com dois fuzis, não há crime na morte do soldado, vez que presente causa de exclusão da antijuridicidade

D O tratamento dado à coação física e moral no Código Penal Militar é semelhante ao dado pelo Código Penal comum.

E Embora o Código Penal Militar e o Código Penal comum permitam que o subordinado responda por crime praticado em cumprimento de ordem de superior, há diferença entre eles no tratamento dado à mencionada ordem.

73- Determinado conscrito, em um dos exercícios realizados na densa Mata Atlântica brasileira, atira em direção ao que supõe ser um animal bravo, matando um outro militar. Neste caso poderá defender-se alegando:

A Excludente de antijuridicidade.

B Erro de tipo.

C Erro de proibição.

D Excludente de culpabilidade.

E Excludente de nexo causal.

74- Assinale a opção correta.

A O Código Penal Militar admite o Estado de Necessidade Coativo

B A Teoria Diferenciadora, no que tange ao estado de necessidade, é adotada tanto pelo Código Penal Militar, quanto pelo Código Penal comum.

C O Código Penal Militar prevê três modalidades de estado de necessidade justificante.

D Em um processo de determinado crime militar, em andamento na Auditoria da 6ª CJM em Salvador, em tempo de paz, alegado o estado de necessidade pela defesa do réu, cabe ao Ministério Público o ônus da prova de sua inexistência.

E O Código Penal Militar, no que tange ao estado de necessidade, admite a Teoria Diferenciadora apenas em tempo de guerra.

75- Analise as afirmativas sobre os crimes militares em tempo de paz, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() O Código Penal Militar tem o Princípio da Insignificância positivado em seu texto, previsto para crimes como furto, roubo e peculato, ao contrário do Código Penal comum onde a aplicação de tal princípio se dá de forma supralegal.

() O Código Penal Militar prevê o tipo penal de furto de uso que não possui previsão no CP comum.

() O tratamento dispensado ao concurso de pessoas no CPM é idêntico ao dado pelo Código Penal comum.

() Segundo positivado no Código Penal Militar, a lesão corporal levíssima pode ser considerada infração disciplinar.

A V – V – V – V

B V – F – V – V

C F – V – F – V

D F – F – V – F

E V – V – F – V

76- Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() O Código Penal Militar prevê hipóteses de imputabilidade de menores de 18 anos. No entanto, tais dispositivos não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988.

() Em um motim liderado pelos Sargentos Pepper e Lennon, participa o Tenente Macartney que, no entanto, apenas segue as instruções daqueles dois, a exemplo das praças participantes. Por tal motivo, Macartney não pode ser considerado cabeça, nos termos do CPM.

() O CPM prevê a pena de impedimento, aplicável apenas ao crime de insubmissão.

A V – V – V

B V – F – V

C F – V – V

D F – F – V

E F – V – F

77- Analise as afirmativas e fundamentações sobre o positivado no Código Penal Militar (CPM) em vigor, colocando entre parênteses a letra V, quando se tratar de afirmativa verdadeira, ou a letra F, quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() O CPM prevê medidas de segurança patrimoniais.

() Ao contrário do Código Penal comum, o Código Penal Militar prevê, como agravante, a embriaguez, mesmo que não pré-ordenada, para crimes praticados por militar ou civil, exceto se ela decorre de caso fortuito ou força maior.

() O Soldado John recebe uma lata de talco do Soldado Peter que pede que ele entregue, sem ninguém saber, ao Soldado Harold. Pensando haver talco na lata, ele a leva ao Soldado Harold e é pego em flagrante no momento da entrega. Ela estava cheia de cocaína. Segundo positivado no CPM a conduta do Soldado John não seria típica, vez que excluído o dolo por se tratar de erro de tipo.

A V – V – V

B V – F – F

C F – V – V

D F – F – V

E F – F – F

78- Nos termos do positivado no CPM e no CP comum, marque a alternativa correta.

A O estado de necessidade exculpante recebe o mesmo tratamento no CPM e no CP comum.

B O estado de necessidade recebe o mesmo tratamento no CPM e no CP comum.

C O estado de necessidade como causa de exclusão de ilicitude recebe o mesmo tratamento dado no CPM e no CP comum.

D No CPM existe previsão tanto de um estado de necessidade exculpante quanto de um estado de necessidade como causa de exclusão de ilicitude.

E No CPM, estado de necessidade por inexigibilidade de conduta diversa exclui a ilicitude.

79- Assinale a alternativa correta, com base no positivado no CPM e no CP comum.

A O tratamento dado à tentativa na parte geral do CPM é idêntico ao dado pelo CP.

B A coação recebe tratamento idêntico no CP comum e no CPM.

C O erro de tipo e o erro de proibição possuem previsão positivada no CPM.

D A abordagem dada à desistência voluntária e ao arrependimento eficaz no CPM é idêntica à dada pelo CP Comum.

E as causas de exclusão de ilicitude previstas no CP comum são as mesmas previstas no CPM.

80- Nos termos do positivado no CPM e no CP comum, marque a alternativa correta.

A Ao contrário do CP comum, e por sua natureza militar, o CPM adota a obediência hierárquica como causa de exclusão de culpa, sem que se questione se a ordem era legal ou não legal, vez que ao subordinado não é dado apreciar a ordem do superior.

B Segundo positivado no CPM a obediência hierárquica, se caracterizada, exclui a ilicitude.

C Segundo positivado no CPM, os crimes culposos são os praticados por imprudência, imperícia ou negligência.

D A definição de crime culposo positivada no CPM não define o crime culposo com base em imprudência, imperícia ou negligência.

E Se uma conduta é praticada em obediência hierárquica, e é manifestamente criminosa, o autor da ordem não responde pelo crime, mas apenas os que a executaram, sabendo-se tratar de crime.

81- Considere as seguintes afirmativas sobre a teoria do crime no Código Penal Militar:

I. Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

II. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde por crime algum.

III. A pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):

A I.

B I e II.

C I e III.

D II e III.

82- Segundo o art. 30 do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de:

A um sexto, não podendo o juiz aplicar redução ou ampliação de tal cominação.

B um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

C um quarto, não podendo o juiz aplicar redução ou ampliação de tal cominação.

D metade, não podendo o juiz aplicar a pena do crime consumado.

E um sexto a um quinto, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

83- O estado de necessidade esculpido no artigo 39 do Código Penal Militar ("não é igualmente culpado quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa") exclui:

A a tipicidade.

B a ilicitude.

C o dolo.

D a culpabilidade.

E o nexo de causalidade.

84- Sobre a abordagem dada à embriaguez pelo Código Penal Militar, escolha a única alternativa correta.

A A embriaguez completa, independente de sua causa, determina a inimputabilidade penal do agente

B A embriaguez será, dependendo de sua causa e dependendo do agente, circunstância agravante para a fixação da pena privativa de liberdade.

C A embriaguez preordenada será circunstância agravante apenas se o agente for militar.

D A abordagem dada à embriaguez pelo Código penal Militar é idêntica à dada pela legislação comum.

E Um militar sai do quartel no final do expediente e, fardado, vai a um bar e se embriaga em local público. Com tal conduta, incide em crime previsto no Código Penal Militar.

85- Marque a alternativa CORRETA. À luz do Código Penal Militar (Decreto-lei n. 1.001/69), pode-se afirmar que crime tentado ocorre quando:

A O crime é falho, ou seja, quando o agente termina todo o processo executório e o resultado pretendido não é alcançado por circunstâncias alheias a sua vontade.

B Nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

C Iniciada a execução, não se consuma por culpa do agente.

D Iniciada a execução de um crime preterdoloso, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do ofendido.

86- Segundo as prescrições do Código Penal Militar (Decreto-lei n. 1.001/69), marque a alternativa que corresponde a um crime que admite tentativa:

A Criar ou simular incapacidade (art. 188, inciso IV: “consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade”).

B Descumprimento da missão (art. 196: “deixar o militar de desempenhar a missão que lhe foi confiada”)

C Abandono de posto (art. 195: “abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo”).

D Dormir em serviço (art. 203: “dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante”).

87- Não há igualmente crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

O texto legal transcrito, constante do parágrafo único do artigo 42 do Código Penal Militar, prevê a excludente de antijuridicidade denominada de

A estado de necessidade, justificante específico do comandante.

B estrito cumprimento do dever suprallegal.

C consentimento do ofendido.

D exercício regular de direito.

E uso desnecessário de força para compelir subordinado.

88- De acordo com as disposições do Código Penal Militar acerca "Do Crime", é correto afirmar que:

A a superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação ainda que, por si só, tenha produzido o resultado.

B nos "Crimes contra a autoridade ou disciplina militar", pune-se sempre a tentativa com a pena correspondente à pena do crime consumado.

C o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelo crime que queria praticar, com pena reduzida.

D tem a pena reduzida pela metade quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

E a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

89- Estabelece o Código Penal Militar que encontra-se em estado de necessidade “quem, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa.” Essa hipótese de estado de necessidade exclui a

A ação.

B tipicidade.

C culpabilidade.

D antijuridicidade.

90- O Código Penal Militar considera praticado o crime no momento

A do resultado

B de sua consumação.

C tanto da ação ou omissão, quanto do resultado

D da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

91- Marque a alternativa CORRETA. Um Cabo da Polícia Militar, que na presença de 03 (três) civis, no interior do Quartel, joga o livro contendo sua escala de serviço em cima da mesa onde se encontrava sentado o Oficial, que elaborara a referida escala, por não estar satisfeito com o seu empenho mensal, à luz do Código Penal Militar, comete:

A Conduta atípica.

B Desacato a superior.

C Desrespeito.

D Recusa de obediência.

92- No que se refere às causas excludentes da ilicitude e da culpabilidade do crime previstas no Código Penal Militar, marque a opção certa.

A Na coação moral irresistível, o autor da coação não responde pelo crime

B O estado de necessidade, nos crimes militares, não exclui a ilicitude nem a culpabilidade do agente

C Há crime militar ainda que o agente o pratique em estrito cumprimento do dever legal

D Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível, senão quando física ou material.

E Não há a previsão de legítima defesa como causa excludente de ilicitude do crime.

93- A respeito das disposições legais sobre o crime no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta:

A Diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente

B Há desistência voluntária quando o agente, por circunstâncias alheias a sua vontade, deixa de prosseguir na execução do crime.

C Para a aplicação do instituto do arrependimento eficaz, é irrelevante se o resultado do crime foi efetivamente evitado pelo agente ou não.

D Há crime impossível quando, pela ineficácia relativa do meio empregado, não se consuma o crime pretendido pelo agente.

E Em regra, todos os crimes admitem a modalidade culposa, devendo constar expressamente da lei a vedação ao tipo culposos.

94- Abaixo, retirados do artigo 42 do Código Penal Militar estão relatados quatro fatos considerados Excludentes de Crimes. Aponte o falso. Não há crime quando o agente pratica o fato:

A Em estado de necessidade.

B Em duelo, se ocorrer com arma de fogo.

C No estrito cumprimento do dever legal.

D No exercício regular de direito e quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

95-De acordo com o entendimento de Cláudio Amin Miguel e Ione de Souza Cruz na obra Elementos de Direito Penal Militar: parte geral, a teoria adotada pelo Código Penal Militar, no que se refere ao "estado de necessidade", foi a:

A unitária.

B da equidade.

C diferenciadora.

D mista.

E da duplicidade.

96- No Brasil, atualmente, além dos militares, o civil ainda é submetido, excepcionalmente, à lei penal militar. O conceito de crime militar em tempo de paz é bastante controvertido e, por vezes, determina debates acalorados no âmbito de nossas cortes superiores, especialmente, no que tange a posicionamentos do Superior Tribunal Militar em linha divergente com o Supremo Tribunal Federal. Partindo do princípio de que vivemos em um Estado Democrático de Direito, considere as afirmativas abaixo e marque a alternativa CORRETA.

A Os militares da ativa, reserva e reformados que praticaram crimes em tempo de paz, em lugar sujeito à administração militar, somente poderão ser processados e julgados por tribunais militares.

B Como o Código Penal Militar proíbe a crítica indevida de ato de superior ou de assunto atinente à disciplina militar, impede a liberdade de expressão e livre manifestação do pensamento dos militares.

C Os crimes propriamente militares, assim como os impropriamente militares, somente autorizam a prisão do militar em caso de flagrante delito ou por ordem judicial.

D Mediante a análise comparativa dos conceitos doutrinários, infere-se que a definição clássica romana de crime militar próprio continua sendo o fato praticado pelo militar, infringindo deveres militares resultantes de sua função ou profissão.

97- Um soldado da polícia militar fazia patrulhamento em via pública quando se deparou com pessoa que parecia portar drogas. Ao aproximar-se para efetuar busca pessoal, o abordado correu para evitar a prisão, momento em que o soldado efetuou disparos com a arma de fogo da corporação para impedir a fuga, com isso provocando a morte do civil. Com base na situação descrita e considerando que o Código Penal Militar prevê que a conduta de matar alguém corresponde ao crime de homicídio simples, assinale a alternativa correta.

- A O soldado praticou crime militar, motivo pelo qual será julgado pela Justiça Militar do Distrito Federal.
- B Apesar de o ato praticado pelo soldado não ser crime militar, o julgamento será realizado perante a Justiça Militar.
- C A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu em exercício regular de direito.
- D Por se tratar de crime doloso praticado contra a vida de civil, a conduta do soldado não caracteriza crime militar, razão pela qual o julgamento ocorrerá na Justiça Comum.
- E A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu no estrito cumprimento do dever legal.

98- Assinale a alternativa correta:

- A O esgotamento de toda a atividade executória constitui requisito da desistência voluntária.
- B Dá-se, também, o crime impossível, quando os meios empregados são relativamente inidôneos à sua consumação.
- C Não é culpado quem comete o crime em obediência a ordem direta de superior hierárquico, em assunto relativo a serviço.
- D A pena pode ser atenuada quando o agente supõe lícito o fato, por ignorância escusável, em se tratando de crime contra o dever militar.
- E Dá-se a tentativa imperfeita, quando, apesar da ação executória ter-se esgotado, não se alcançou o resultado desejado por motivo alheio à vontade do agente.

99- À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal, imputabilidade penal, crime e extinção da punibilidade.

Situação hipotética: Um soldado das Forças Armadas, no cumprimento das atribuições que lhe foram estabelecidas pelo ministro de Estado da Defesa, cometeu crime doloso contra a vida de um civil.

Assertiva: Nessa situação, o autor do delito deverá ser processado e julgado pela justiça militar da União.

Certo Errado

100- O CPM prevê, entre outras, as seguintes penas acessórias:

- a) Perda de posto e patente, Transferência Compulsória e Suspensão dos Direitos Políticos.
- b) Indignidade para o Oficialato, Incompatibilidade com o Oficialato e Inabilitação para o exercício de função pública.
- c) Reforma Administrativa, Perda de posto e patente e Inabilitação para o exercício de função pública.
- d) Incompatibilidade para com o Oficialato, Exação e Perda da Função Pública.

GABARITO

41: C Art. 40	42: B Art. 33	43: B Art. 39	44: D	45: E Art. 2º
46: E	47: D Art. 37	48: E	49: A Art. 43	50: D Art. 35
51: E Art. 36	52: D Art. 45	53: B	54: C Art. 42	55: B Art. 33.
56: B Art. 30	57: A Art. 49	58: B Art. 40	59: E Art. 38	60: C Art. 30. I
61: A Art. 47	62: C Art. 33.	63: A Art. 33, II	64: B Art. 30	65: A
66: D Art. 40	67: D	68: A Art. 159	69: C Art.29	70: D Art. 11, 25, 48, 29
71: D Art. 203	72: E	73: B Art. 36	74: A	75: C
76: B	77: B Art. 35	78: D Art. 39	79: D Art. 30	80: D Art. 33, II
81: C Art. 35	82: B Art. 30	83: D Art. 39	84: B Art. 70	85: A Art. 30
86: A	87: A Art. 42	88: E Art. 31	89: C Art. 39	90: D Art. 5º
91: A	92: D Art. 38	93: A Art. 30	94: B	95: C

96: D Art. 166	97: D Art. 83	98: C Art. 38, "b"	99- C Art. 9º, §2º	100- B Art. 100
----------------	---------------	--------------------	--------------------	-----------------

DICA: ESTADO DE NECESSIDADE

Estado de necessidade

(Teoria diferenciadora)

Tipos de estado de necessidade:

*Estado de necessidade **Coativo**

*Estado de necessidade **Justificante**

*Estado de necessidade **Exculpante**

DICA: ERRO

- Aberratio In **P**ersona = **ERRO SOBRE A PESSOA (A PESSOA PRETENDIDA NÃO SOFRE PERIGO)**
 - Aberratio Ictus = **ERRO NA EXECUÇÃO (A PESSOA PRETENDIDA SOFRE PRERIGO)**
 - Aberratio In Causae = **ERRO / CONDUTA SUCESSIVO**
1. **EX: Ocultação de cadáver " A atira em b, pensando que b tinha morrido, a amarra uma pedra em b e o joga ao mar, só que b ainda estava vivo, morreu por afogamento e não pelo tiro efetuado por a" nesse caso houve erro na conduta, ele responderá por homicídio simples, e não com aumento de pena!**

Erro de fato: não sei o que faço, se soubesse não faria. **É isento de pena.**

Erro de direito: sei o que faço, porém não sabia que era ilícito. **Atenua ou substitui.**

Art. 31. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA

O AGENTE DESISTE DE PROSSEGUIR NA EXECUÇÃO.

ARREPENDIMENTO EFICAZ

O AGENTE IMPEDE QUE O RESULTADO SE PRODUZA

OBSERVAÇÃO

AFASTA A TENTATIVA E O AGENTE RESPONDE SOMENTE PELOS ATOS PRATICADOS.

CRIME IMPOSSÍVEL

Art. 32. Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, nenhuma pena é aplicável.

OBSERVAÇÃO

NÃO SE PUNE A TENTATIVA

EXCLUI A TIPICIDADE.

CULPABILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA

Art. 38. Não é culpado quem comete o crime:

COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL

a) sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade;

OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA

b) em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

1º Responde pelo crime o autor da coação ou da ordem.

2º Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior.

DICA: ERRO

1. Direito » **atenua a pena.**
2. Foto » **isento de pena.**
3. Pessoa » **não atinge a pessoa pretendida.**
4. Bem jurídico » **a título de culpa.**
5. Provocado » **Dolo ou culpa**

PRINCIPAIS ARTIGOS DO TÓPICO II

Art. 30 e 31- Crime consumado / tentado / doloso e culposos

Art.32 – Crime impossível

Art. 35 – Erro de direito

Art. 37 – Excludente de culpabilidade

Art. 38 - Excludente de culpabilidade

Art. 39 – Estado de necessidade Exculpante

Art. 42 e 43 - Excludente de ilicitude / Estado de necessidade justificante

TÓPICOS III, IV, V, VI e VII

101- De acordo com as regras previstas no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, marque alternativa CORRETA:

A Pelos resultados que agravam especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado dolosamente.

B Há crime militar ainda que o agente o pratique em estrito cumprimento do dever legal.

C Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.

D No crime tentado pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, não podendo o juiz, em nenhuma hipótese, aplicar a pena do crime consumado.

102- A respeito do concurso de agentes, assinale a alternativa que corresponde a uma das hipóteses ao previsto no art. 53 e seus parágrafos, todos do Código Penal Militar.

A Em regra, as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam a todos aqueles que concorrem para a prática do crime militar.

B Se um dos agentes participa da execução de crime militar em razão da promessa de pagamento de recompensa, sua pena será agravada.

C O agente que instiga alguém sujeito à sua autoridade a cometer o crime terá sua pena atenuada.

D Sempre será considerado “cabeça” o militar inferior hierárquico que instiga a ação, mesmo quando o crime militar for praticado por inferiores e oficiais.

E A punibilidade de qualquer um dos concorrentes está ligada à dos demais, de modo que a absolvição de um dos réus resulta na absolvição de todos os demais.

103- Com base no art. 98 do Código Penal Militar, assinale a alternativa que indica penas acessórias.

A Detenção.

B Morte.

C Perda da função pública, ainda que eletiva.

D Suspensão do exercício do posto, da graduação, do cargo ou da função.

E Internação em manicômio judiciário.

104- De acordo com o Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

A No erro de fato, a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

B Na legítima defesa, é punível o excesso quando resulta de escusável surpresa ou perturbação de ânimo, em face da situação.

C Encontra-se em estado de necessidade justificante, quem para proteger direito próprio contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não exigível conduta diversa.

D A prescrição da ação penal no Código Penal Militar verifica-se em trinta anos, se a pena é de morte.

E Sobre o lugar do crime (6o, CPM), o Código Penal Militar adotou teoria da atividade.

105- Uma das penas principais previstas pelo Código Penal Militar é a

A multa, em valor superior a um salário mínimo.

B morte, executada por enforcamento.

C suspensão dos direitos políticos.

D reclusão.

E exclusão das Forças Armadas.

106- Em relação ao crime militar, o Código Penal Militar

A define crime doloso como sendo aquele cometido pelo agente que deixa de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levianamente que poderia evitá-lo.

B trata da excepcionalidade do crime culposos, definindo que, salvo os casos expressos em lei, o agente somente será punido por fato previsto como crime caso o pratique dolosamente.

C não prevê punição para os crimes tentados.

D expressamente prevê, para a hipótese do crime impossível, a aplicação da pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços.

E afirma que não haverá crime quando o agente que pratica o fato quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

107- O Código Penal Militar, em relação ao estado de necessidade, adota a teoria diferenciadora, prevendo expressamente tanto a figura do estado de necessidade como excludente de culpabilidade quanto o estado de necessidade como excludente de crime. Considera-se em estado de necessidade excludente de culpabilidade aquele que, pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro

A modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, seja consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não seja legalmente obrigado a arrostar o perigo.

B que, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe seja razoavelmente exigível conduta diversa.

C que, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atingir uma pessoa em vez de outra, o qual responderá como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir.

D que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. E que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, seja, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

108- No que se refere às penas acessórias previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A A pena acessória de confisco dos instrumentos e dos produtos do crime é aplicada nos casos de bens cujo fabrico, alienação ou uso constituam fato ilícito.

B A pena acessória de interdição de estabelecimento comercial ou industrial, ou de sociedade ou associação, pode ser decretada por tempo não inferior a 15 dias, nem superior a seis meses.

C A perda de posto e patente resulta da condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, e importa a perda das condecorações.

D A condenação do oficial à pena privativa de liberdade, por tempo superior a dois anos, importa sua exclusão das Forças Armadas.

E Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, pelo crime militar de deserção.

109- Uma das causas extintivas da punibilidade, previstas no Código Penal Militar, é a (o)

- A restituição imediata da coisa no furto de uso
- B ressarcimento do dano causado no furto simples, antes de instaurada a ação penal.
- C ressarcimento do dano, no peculato culposos.
- D ressarcimento do dano, no estelionato.
- E restituição da coisa ao seu dono ou a reparação do dano causado na receptação.

110- A respeito da pena principal de reforma, o Código Penal Militar prevê que ela

- A será convertida em pena de prisão e cumprida em estabelecimento penal militar, quando não cabível a suspensão condicional.
- B sujeita o condenado à situação de inatividade, não podendo perceber mais de um 25 avos do soldo, por ano de serviço, nem receber importância superior à do soldo.
- C sujeita o condenado ao cumprimento da pena aplicada pela Justiça Militar em estabelecimento prisional civil, ficando ele sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões também poderá gozar.
- D sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar
- E sujeita o condenado à agregação, ao afastamento, ao licenciamento ou à disponibilidade, pelo tempo fixado na sentença, sem prejuízo do seu comparecimento regular à sede do serviço.

111- O DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969, conhecido como Código Penal Militar trata da extinção da punibilidade. Extingue-se a punibilidade pela prescrição.

- A prescrição refere-se à ação penal ou à execução da pena. Quanto à pena de morte, a prescrição da ação penal, como regra geral, verifica-se em
- A doze anos.
- B vinte anos.
- C trinta anos.
- D dezesseis anos.

112- Assinale a alternativa INCORRETA no que concerne ao Código Penal Militar.

- A Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- B A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- C É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.
- D Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- E Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

113- A respeito do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- A Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

B Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior podem ser consideradas em conjunto, aplicando-se de cada qual a parte mais prejudicial.

C Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da conduta.

D A pena cumprida no estrangeiro, ainda que diversa, exclui a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

E A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

114- A respeito do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

B Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior podem ser consideradas em conjunto, aplicando-se de cada qual a parte mais prejudicial.

C Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da conduta.

D A pena cumprida no estrangeiro, ainda que diversa, exclui a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

E A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

115- Sobre as causas extintivas de punibilidade previstas no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

A As causas de extinção da punibilidade previstas no Art. 123 do Código Penal Militar, são taxativas.

B A reabilitação, enquanto causa de extinção da punibilidade, alcança as penas principais impostas por sentença definitiva.

C No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, e, se oficial, a de sessenta.

D Na prescrição, no caso de reforma ou suspensão de exercício, se aperfeiçoa no prazo de 02 (dois) anos.

E Embora não haja previsão expressa do Perdão Judicial no art. 123 do Código Penal Militar, ele pode ser aplicado sem distinção aos crimes militares.

116- Em relação às espécies de Penas cominadas no Direito Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

A A pena acessória de perda do posto e da patente ocorre com a condenação do Oficial por crime militar cuja pena é superior a 02 anos.

B Nos crimes em que for aplicada a pena acessória de perda do posto e da patente, dispensa a aferição da incompatibilidade/indignidade com o oficialato.

C A pena de morte, segundo Código Penal Militar é executada por enforcamento. D Não é prevista a pena de Reforma no Código Penal Militar.

E Nos crimes de traição, espionagem ou cobardia o militar fica sujeito à declaração de indignidade com o oficialato, qualquer que seja a pena.

117- Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.

Se um soldado da PMDF, dentro do batalhão a que pertence, pratica, habitualmente, apontamentos do jogo do bicho, nesse caso, a conduta do soldado encontra tipicidade na parte especial do Código Penal Militar, caracterizando delito propriamente militar.

Certo Errado

118- A respeito da dosimetria penal, nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A Nos crimes em que a pena máxima cominada é a de morte, ao juiz é facultado atender, ou não, às circunstâncias atenuantes genéricas previstas no art. 72 do CPM.

B A Constituição de 1988 recepcionou o art. 78 do CPM, que prevê a aplicação de pena privativa de liberdade por tempo indeterminado, nas hipóteses de autoria de criminoso habitual ou por tendência.

C O crime anistiado, embora tenha sua punibilidade extinta, permanece gerando reincidência, para fins de agravação genérica da pena por outro delito.

D O comportamento meritório posterior é circunstância atenuante genérica, nos termos do art. 72 do CPM.

E A duração da pena indeterminada não pode ultrapassar o prazo de 20 anos.

119- Em relação ao tempo do crime, o Código Penal Militar adotou a teoria da atividade.

Certo Errado

120- O traço característico e essencial da conduta criminosa é sua relação de contrariedade com o ordenamento jurídico, ao que se denomina antijuridicidade ou ilicitude. Portanto, parte-se da premissa de que a prática de um fato típico sugere a ilicitude. Entretanto, em situações excepcionais, o legislador autoriza o comportamento típico tornando-o “conforme o direito”, e o faz valendo-se de normas penais permissivas, mais conhecidas como causas excludentes da antijuridicidade, previstas no art. 42 do CPM. Além delas, existem causas justificativas supraleais, que são reconhecidas como produtos do próprio dinamismo social.

A respeito das excludentes de ilicitude, é correto dizer que A o estado de necessidade pressupõe uma ponderação entre os bens jurídicos preservado e sacrificado e se configura até quando o perigo é iminente, desde que comprovada a inexigibilidade de conduta diversa do agente.

B o parágrafo único do art. 42 do CPM dispõe sobre uma espécie autônoma e inominada de excludente da ilicitude, destinado a permitir o uso de meios violentos pelos superiores contra os subalternos, em situações excepcionais, a fim de que cumpram missões ou executem manobras salvíficas ou redentoras.

C enquanto o Código Penal Brasileiro adotou a teoria dualista do estado de necessidade, isto é, separou nitidamente o estado de necessidade justificante do estado de necessidade exculpante, o Código Penal Militar filiou-se à teoria monista, pela qual o estado de necessidade sempre interfere na antijuridicidade.

D a legítima defesa própria pode ser reconhecida nas hipóteses em que o agente teme ser agredido, independentemente de qualquer ação prévia, ameaça ou ensaio de ataque do provável agressor.

E nas hipóteses de lesão corporal leve, o consentimento da vítima é reconhecido, pelo Superior Tribunal Militar, como causa supraleal de exclusão da ilicitude.

121- Segundo o Código Penal Militar, “a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis”, configura a hipótese de erro:

A de fato.

B culposos

C provocado

D de direito.

E sobre a pessoa.

122- A execução da pena privativa da liberdade, não superior a 2 (dois) anos, pode ser suspensa, por 2 (dois) anos a 6 (seis) anos, desde que

1 - o sentenciado não haja sofrido, no País ou no estrangeiro, condenação irrecorrível por outro crime a pena privativa da liberdade, não se tomando em conta, para efeito da reincidência, a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento ou extinção da pena e o crime posterior, decorreu período de tempo superior a cinco anos.

2 - os seus antecedentes e personalidade, os motivos e as circunstâncias do crime, bem como sua conduta posterior, autorizem a presunção de que não tornará a delinquir. A esse respeito, é correto afirmar que, considerando as hipóteses de revogação da suspensão concedida, é hipótese de revogação facultativa se, no curso do prazo, o beneficiário

A não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

B for punido por infração disciplinar considerada grave, sendo militar.

C deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.

D for condenado, por sentença irrecorrível, na Justiça Militar ou na comum, em razão de crime, ou de contravenção reveladora de má índole ou a que tenha sido imposta pena privativa de liberdade.

123- De acordo com as penas principais do artigo 55 do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa INCORRETA:

A Reforma.

B Morte.

C Detenção.

D Impedimento.

E Repreensão.

124- Segundo as prescrições do Código Penal Militar (Decreto-lei n. 1.001/69) acerca das medidas de segurança, marque a alternativa CORRETA:

A As medidas de segurança não podem ser impostas aos civis.

B Quando o agente for imputável, mas suas condições pessoais e o fato praticado revelarem que ele não oferece perigo à incolumidade alheia, o juiz poderá determinar sua internação em manicômio judiciário.

C As medidas de segurança são pessoais ou patrimoniais. As da primeira espécie subdividem-se em detentivas e não detentivas. As detentivas são a internação em manicômio judiciário e a internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro. As não detentivas são a cassação de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de frequentar determinados lugares. As patrimoniais são a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação, e o confisco.

D A internação, cujo mínimo deve ser fixado de dois a seis anos, é por tempo determinado, perdurando enquanto for averiguada, mediante perícia médica, a cessação da periculosidade do internado.

125- Um Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais apropriou-se de um bem móvel, pertencente à carga patrimonial do Batalhão no qual servia, 100º BPM, e que tinha a posse em razão do seu cargo, como se fosse o legítimo dono, tendo o levado para a sua casa e o utilizado tranquilamente, durante o prazo de 30 dias. Após este prazo, o Cabo se arrependeu de ter levado o mencionado bem para casa, pois descobriu que o mesmo estava sendo alvo de busca e de procura no 100º BPM. Quando o Cabo estava tentando devolver o aludido bem à sua Unidade, foi surpreendido por um superior hierárquico, o qual estava justamente procurando pelo bem desaparecido. Diante dos fatos, o Cabo narrou ao seu superior hierárquico que estava arrependido de ter ficado com o bem, por 30 dias, e que na presente data, estava o devolvendo para o Batalhão, intacto, nas mesmas condições anteriores. Diante dos fatos narrados e à luz do Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

A O arrependimento posterior está previsto no Código Penal Militar com a seguinte redação, art. 31, arrependimento posterior, “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços”.

B A aplicação do arrependimento posterior previsto no Código Penal Militar ao Cabo é possível, quando da aplicação da pena, pois procurou por sua espontânea vontade, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências.

C O arrependimento posterior não tem previsão específica no Código Penal Militar.

D O arrependimento posterior do Cabo foi caracterizado pela reparação do bem e pode servir como causa de extinção da culpabilidade, ou causa especial de diminuição da pena.

126- Ano: 2018 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PM-SC O TÍTULO II do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, – Código Penal Militar (CPM), trata sobre o CRIME, trazendo algumas concepções a respeito de erros. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com o que o Código Penal Militar disciplina sobre erro em seu TÍTULO II.

A No erro de fato, quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima, responde pelo crime na forma culposa.

B No erro de direito, exclui-se a culpabilidade do agente, não lhe aplicando qualquer pena, quando este, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

C Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente apenas se o fato for também punível como crime doloso.

D É isento de pena quem, por erro ou outro acidente na execução do crime, atinge bem jurídico diverso do visado. E Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

127- São consideradas penas acessórias todas aquelas que são complementos da condenação principal. Seus efeitos são extrapenais, atingindo o âmbito administrativo, civil e político. Dentre as penas acessórias possíveis, são existentes, EXCETO

A a extradição territorial.

B a exclusão das Forças Armadas.

C a suspensão dos direitos políticos.

D a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.

E a incompatibilidade com o oficialato.

128- Sobre a disciplina das penas previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A A pena de morte é executada por enforcamento ou fuzilamento.

B O mínimo da pena de reclusão é de um mês, e o máximo de trinta anos.

C Será contado como tempo de serviço, para qualquer efeito, o do cumprimento da pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.

D A pena unificada não pode ultrapassar trinta anos, se é de reclusão ou se é de detenção.

E Considera-se criminoso por tendência aquele que comete homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, e, pelos motivos determinantes e meios ou modo de execução, revela extraordinária torpeza, perversão ou malvadez.

129- Na visão material (essência da infração, sob o ponto de vista da sociedade), constitui o crime toda a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena; na ótica formal (captada a essência pelo legislador, transformar-se em lei), é a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena, devidamente prevista em lei. Sobre a teoria do crime militar, assinale a alternativa correta.

A Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

B É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

C Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime unicamente a título de culpa.

D O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.

E Entende-se em legítima defesa quem, usando desejosamente os meios necessários, repele justa ou injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

130- Analise as afirmativas abaixo, colocando entre parênteses a letra “V”, quando se tratar de afirmativa verdadeira, e a letra “F” quando se tratar de afirmativa falsa. A seguir, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() Com a vigência Lei nº 13.491/17 que causou grande mudança no conceito de crime militar, quando um crime estiver previsto no Código Penal Militar (CPM) e no Código Penal (CP) comum, prevalecerá, via de regra, o tipo penal contido no CPM, em razão de a lei ser de direito material e por a lei especial prevalecer sobre a comum.

() Segundo Guilherme Rocha, crime militar por equiparação seria o crime não previsto no CPM, mas apenas na legislação comum, que passou a ser crime militar, com a vigência da Lei nº 13.491/17, caso se enquadre em hipótese do artigo 9 do CPM.

() Se um Policial Militar mantiver em sua mesa, no quartel, uma arma ilegal, com numeração raspada, mesmo com a vigência da Lei nº 13.491/17 o crime será comum, pois a lei fez mudanças apenas em relação aos crimes militares federais.

A F - F - V.

B V - V - F.

C F - V - F.

D V - V - V.

E F - F - F.

131- Quanto às penas previstas no Código Penal Militar, é correto afirmar que a pena de:

A reforma sujeita o condenado à situação de inatividade, necessariamente sem direito a remuneração.

B morte é executada por injeção letal.

C multa é uma das penas principais.

D morte é uma das penas principais.

E reforma é pena acessória.

132- Em um crime praticado por militares, o agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes:

A tem sua pena agravada

B tem sua pena diminuída

C age em erro de tipo

D tem excluída sua culpabilidade.

E é inimputável

133- Com relação à exclusão do crime, é possível dizer que não há crime quando o agente pratica o fato em:

A legítimo direito de praticar a contravenção penal.

B estado de ânimos exaltados. C estado de necessidade.

D exercício irregular de direito.

E restrito cumprimento do dever ilegal.

134- Nos termos do Código Penal Militar, quando o agente, deixando de empregar a cautela, atenção, ou diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levianamente que não se realizaria ou que poderia evitá-lo, diz-se o crime:

A tentado.

B culposos.

C doloso.

D impossível.

E sem efeito

135- Em relação ao crime militar, é CORRETO afirmar:

A Nos casos previstos no Código Penal Militar, não há punição em relação ao crime tentado.

B Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

C Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, sempre diminuída de um terço.

D Nos casos previstos no Código Penal Militar, em relação à tentativa, é vedada a aplicação da pena correspondente ao crime consumado.

136- São penas principais previstas no Código Penal Militar - CPM, EXCETO.

A Exclusão das forças armadas.

B Prisão.

C Morte.

D Detenção.

137- Sobre as medidas de segurança previstas no Código Penal Militar, analise as afirmativas a seguir:

I. Não é possível a aplicação de medida de segurança a um civil.

II. O confisco é um exemplo de medida de segurança patrimonial.

III. A proibição de frequentar determinados lugares consiste em privar o condenado, durante um ano, pelo menos, da faculdade de acesso a lugares que favoreçam, por qualquer motivo, o seu retorno à atividade criminosa.

IV. A imposição da medida de segurança impede a expulsão do estrangeiro.

Estão CORRETAS

A I e II, apenas.

B I e III, apenas.

C II e III, apenas.

D II, III e IV, apenas.

E I, II, III e IV.

138- Acerca das penas previstas no Código Penal Militar brasileiro, analise as assertivas a seguir:

- I. A pena de prisão é menos benéfica do que as penas de reclusão e de detenção.
- II. É possível a suspensão condicional da pena por 2 (dois) a 6 (seis) anos e, dentre os requisitos para a sua concessão, a execução da pena privativa da liberdade não pode ser superior a 2 (dois) anos.
- III. A praça que sofrer condenação à pena privativa de liberdade, por tempo superior a dois anos, será excluída das forças armadas.
- IV. É possível a concessão do livramento condicional quando o condenado sofrer pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos. Estão CORRETAS

- A I e II, apenas.
- B I e III, apenas.
- C II e III, apenas.
- D II, III e IV, apenas.
- E I, II, III e IV.

139- Sobre a extinção da punibilidade prevista no Código Penal Militar, analise as proposições a seguir:

- I. Extingue-se a punibilidade pela morte do agente.
- II. Extingue-se a punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- III. A punibilidade não pode ser extinta pela prescrição.
- IV. A punibilidade não pode ser extinta pela anistia.

Estão CORRETAS

- A I, II, III e IV.
- B I, III e IV, apenas.
- C III e IV, apenas.
- D II e IV, apenas.
- E I e II, apenas.

140- Sobre a imputabilidade penal e concurso de agentes previstos no Código Penal Militar, analise as proposições a seguir:

- I. Não é imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- II. Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- III. A pena é atenuada com relação ao agente cuja participação no crime é de menor importância.
- IV. A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

Estão CORRETAS

- A I, II, III e IV.

B I, III e IV, apenas.

C III e IV, apenas.

D II e IV, apenas.

E I e II, apenas.

141- Sobre o título “do crime”, previsto no Código Penal Militar, analise a assertivas a seguir:

I. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

II. Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, pune-se pela tentativa.

III. Não é culpado quem comete o crime sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.

IV. Não é culpado quem comete o crime em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

Estão CORRETAS

A I, II, III e IV.

B I, III e IV, apenas.

C III e IV, apenas.

D II e IV, apenas.

E I e II, apenas.

142- No que tange às disposições do decreto-lei nº 1001/1969, Código Penal Militar, é correto afirmar que:

A incorre na inabilitação para o exercício de função pública, pelo prazo de dois até trinta anos, o condenado a reclusão por mais de quatro anos, em virtude de crime praticado com abuso de poder ou violação do dever militar ou inerente à função pública.

B durante a execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição, ou enquanto perdura a inabilitação para função pública, o condenado não pode votar, nem ser votado.

C a suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, impedimento e reforma são penas acessórias.

D o condenado a pena privativa de liberdade por um ano, seja qual for o crime praticado, fica suspenso do exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, enquanto durar a execução da pena, ou da medida de segurança imposta em substituição.

E computa-se no prazo das inabilitações temporárias o tempo de liberdade resultante da suspensão condicional da pena ou de livramento condicional, mesmo que essas inabilitações venham a ser revogadas.

143- Assinale a alternativa incorreta sobre as medidas de segurança no Direito Penal Militar

A As medidas de segurança constituem sanção penal, cuja natureza é eminentemente preventiva

B Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o fato praticado pelo agente seja descrito como crime militar

C Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o agente seja considerado perigoso

D Procura evitar que aquele que delinuiu e seja perigoso pratique novas infrações penais, equiparando-se, portanto, a pena que possui natureza essencialmente retributiva-preventiva

144- Assinale a alternativa correta sobre o cálculo das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

A O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as causas majorantes e minorantes

B O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as circunstâncias agravantes e atenuantes

C O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem causas majorantes e minorantes na lei Penal Militar

D O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem circunstâncias agravantes e atenuantes na lei Penal Militar

145- Assinale a alternativa que não corresponde às penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

A Morte

B Reclusão

C Detenção

D Anistia

146- Assinale a alternativa correta sobre a noção de culpa no Direito Penal Militar.

A Consiste na prática voluntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível

B Consiste na prática involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível

C Consiste na prática voluntária ou involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível

D Consiste na prática voluntária de um ato desde que, necessariamente, se pretenda o resultado considerado crime

147- Conforme o Art. 104º do Código Penal Militar, que trata do tema “Inabilitação para o exercício de função pública”, indique a opção que completa corretamente as lacunas do enunciado abaixo. Incorre na inabilitação para o exercício de função pelo prazo de _____ anos, o condenado à _____ por mais de _____ anos, em virtude de crime praticado com abuso de poder ou violação do dever militar ou inerente à função pública. O prazo da inabilitação para o exercício de função pública começa ao termo da execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição, ou da data em que se _____ referida pena.

A dois até vinte/ reclusão/ quatro/ extingue a

B cinco até vinte/ detenção/ quatro/ extingue a

C dez até trinta/ detenção/ doze/ inicia a contagem da

D quatro até trinta/ reclusão/ doze/ inicia a contagem da

148- Quanto ao Tópico das Penas, constante do Código Penal Militar, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo.

() A pena de morte é uma pena principal e é executada por fuzilamento.

() O mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de 10 (dez) anos.

() A reincidência verifica-se quando o agente comete novo crime, antes de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

() A pena de reclusão está inserta na categoria das penas principais e tem o mínimo de 2 (dois) anos e o máximo de 30 (trinta) anos, sendo que a pena de reclusão de até 3 (três) anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida em estabelecimento militar.

Marque a alternativa com a sequência correta.

A (V); (V); (F); (F).

B (F); (V); (V); (V).

C (V); (F); (V); (F).

D (F); (F); (F); (V).

149- Sobre a coação irresistível e a obediência hierárquica e seu tratamento no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A É culpado quem comete o crime sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.

B É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.

C Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, não é punível também o inferior.

D Se na ordem do superior há excesso nos atos ou na forma da execução, não é punível também o inferior.

E Responde pelo crime o autor da coação ou da ordem.

150- Em relação às circunstâncias que sempre atenuam a pena, previstas no artigo 72 do Código Penal Militar (CPM) marque a alternativa CORRETA.

A Ser o agente menor de dezoito ou maior de sessenta anos.

B Ter o agente cometido o crime sob a influência de emoção, provocada por ato justo da vítima.

C Ter o agente cometido o crime estando de serviço.

D Ser meritório o comportamento anterior do agente.

151- Segundo o Código Penal Militar, tem-se o seguinte: A a perda de posto e patente e a indignidade para o oficialato são penas acessórias.

B o arrependimento posterior é causa obrigatória de redução da pena.

C não há previsão de medidas de segurança patrimoniais.

D a ação penal militar será condicionada à representação ou requisição da vítima.

152- Extingue-se a punibilidade, segundo o Código Penal Militar,

A pela morte do ofendido.

B pelo ressarcimento do dano, no peculato culposos.

C pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.

D pela decadência, nos crimes de ação pública.

153- Em relação ao crime, verifica-se o seguinte:

A salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, desde que não haja dolo evidente.

B quando, por eficácia do meio empregado ou por impropriedade do objeto, não se consuma o crime, diz ser um crime impossível.

C o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

D a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa; e considera-se causa a ação ou omissão, sem a qual o resultado teria ocorrido.

154- Em relação ao concurso de agentes, tem-se o seguinte:

A na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam, excitam ou impedem a ação

B o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

C a pena pode ser atenuada em relação ao agente que executa o crime, ou nele participa, se o crime for cometido mediante paga ou promessa de recompensa.

D quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.

155- É considerada pena acessória:

A a inclusão nas forças armadas

B a reversão dos direitos políticos

C a indignidade para o oficialato

D a perda da função pública, exceto a eletiva

156- A prescrição da ação penal, excetuando-se a superveniência de sentença condenatória de que somente o réu recorre, ocorre após decorridos

A 12 anos, se o máximo da pena é de 8 anos.

B 20 anos, se o máximo da pena é de 10 anos.

C 30 anos, se o máximo da pena é de 20 anos.

D 16 anos, se o máximo da pena não excede 15 anos.

157- Quanto ao crime e ao concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A A participação de somenos importância é causa de diminuição da pena de um sexto a um terço.

B O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não será punido sequer pelos atos já praticados.

C Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

D O agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa, não tem a sua pena agravada no âmbito do Direito Penal Militar.

E O soldado da polícia militar não é culpado se comete crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico em matéria de serviços, ainda que manifestamente criminosa.

158- Nos termos do positivado no CPM e no CP comum, marque a alternativa correta.

A O estado de necessidade exculpante recebe o mesmo tratamento no CPM e no CP comum.

B O estado de necessidade recebe o mesmo tratamento no CPM e no CP comum.

C O estado de necessidade como causa de exclusão de ilicitude recebe o mesmo tratamento dado no CPM e no CP comum.

D No CPM existe previsão tanto de um estado de necessidade exculpante quanto de um estado de necessidade como causa de exclusão de ilicitude.

E No CPM, estado de necessidade por inexigibilidade de conduta diversa exclui a ilicitude.

159- Assinale a alternativa correta, com base no positivado no CPM e no CP comum.

A O tratamento dado à tentativa na parte geral do CPM é idêntico ao dado pelo CP.

B A coação recebe tratamento idêntico no CP comum e no CPM.

C O erro de tipo e o erro de proibição possuem previsão positivada no CPM.

D A abordagem dada à desistência voluntária e ao arrependimento eficaz no CPM é idêntica à dada pelo CP Comum.

E as causas de exclusão de ilicitude previstas no CP comum são as mesmas previstas no CPM.

160- Nos termos do positivado no CPM e no CP comum, marque a alternativa correta.

A Ao contrário do CP comum, e por sua natureza militar, o CPM adota a obediência hierárquica como causa de exclusão de culpa, sem que se questione se a ordem era legal ou não legal, vez que ao subordinado não é dado apreciar a ordem do superior.

B Segundo positivado no CPM a obediência hierárquica, se caracterizada, exclui a ilicitude.

C Segundo positivado no CPM, os crimes culposos são os praticados por imprudência, imperícia ou negligência.

D A definição de crime culposo positivada no CPM não define o crime culposo com base em imprudência, imperícia ou negligência.

E Se uma conduta é praticada em obediência hierárquica, e é manifestamente criminosa, o autor da ordem não responde pelo crime, mas apenas os que a executaram, sabendo-se tratar de crime.

161- De acordo com as disposições do Código Penal Militar acerca "Do Crime", é correto afirmar que:

A a superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação ainda que, por si só, tenha produzido o resultado.

B nos "Crimes contra a autoridade ou disciplina militar", pune-se sempre a tentativa com a pena correspondente à pena do crime consumado.

C o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelo crime que queria praticar, com pena reduzida.

D tem a pena reduzida pela metade quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

E a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.

162- De acordo com as disposições do Código Penal Militar acerca "Das Penas", NÃO está prevista naquela norma como pena principal ou acessória a pena de:

A multa.

B morte.

C reforma.

D impedimento.

E incompatibilidade com o oficialato.

163- O Código Penal Militar prevê as principais penas, descritas no TÍTULO V, a partir do artigo 55, de onde se extraiu a única afirmação verdadeira abaixo. Aponte-a.

A A pena de morte será executada por fuzilamento.

B O mínimo da pena de reclusão é de cinco anos, e o máximo de vinte e cinco anos, enquanto a de detenção mínima será de sete dias e a máxima de cinco anos.

C Um civil não pode cumprir nenhuma espécie de pena aplicada pela Justiça Militar.

D O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona não pode cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.

164- Abaixo, retirados do artigo 42 do Código Penal Militar estão relatados quatro fatos considerados Excludentes de Crimes. Aponte o falso. Não há crime quando o agente pratica o fato:

A Em estado de necessidade.

B Em duelo, se ocorrer com arma de fogo.

C No estrito cumprimento do dever legal.

D No exercício regular de direito e quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

165- Em relação à aplicação da pena prevista no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

A são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime, a reincidência e ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe.

B são circunstâncias que sempre atenuam a pena, ser o agente menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 70 (setenta) anos.

C quando ocorre mais de uma agravante ou mais de uma atenuante, o juiz deve considerar todas para aplicação da pena cominada ao crime.

D no concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do seu limite mínimo.

166- Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Código Penal Militar, extingue-se a punibilidade do autor do fato pela:

A anistia, graça ou indulto.

B reabilitação e pela transação.

C morte do agente e pela prescrição.

D retroatividade de lei mais benéfica e pelo ressarcimento do dano no crime de peculato.

167- Em relação às penas principais previstas no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

A O mínimo da pena de reclusão é de 02 (dois) anos, e o máximo de 30 (trinta) anos.

B A pena de morte é aplicada por fuzilamento em zonas de guerra e por enforcamento em tempo de paz.

C O condenado militar a que sobrevier doença mental permanecerá recolhido em penitenciária militar.

D A pena privativa de liberdade superior a 02 (dois) anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil.

168- No Brasil, atualmente, além dos militares, o civil ainda é submetido, excepcionalmente, à lei penal militar. O conceito de crime militar em tempo de paz é bastante controverso e, por vezes, determina debates acalorados no âmbito de nossas cortes superiores, especialmente, no que tange a posicionamentos do Superior Tribunal Militar em linha divergente com o Supremo Tribunal Federal. Partindo do princípio de que vivemos em um Estado Democrático de Direito, considere as afirmativas abaixo e marque a alternativa CORRETA.

A Os militares da ativa, reserva e reformados que praticaram crimes em tempo de paz, em lugar sujeito à administração militar, somente poderão ser processados e julgados por tribunais militares.

B Como o Código Penal Militar proíbe a crítica indevida de ato de superior ou de assunto atinente à disciplina militar, impede a liberdade de expressão e livre manifestação do pensamento dos militares.

C Os crimes propriamente militares, assim como os impropriamente militares, somente autorizam a prisão do militar em caso de flagrante delito ou por ordem judicial.

D Mediante a análise comparativa dos conceitos doutrinários, infere-se que a definição clássica romana de crime militar próprio continua sendo o fato praticado pelo militar, infringindo deveres militares resultantes de sua função ou profissão.

169- A respeito da pena de morte, assinale a alternativa correta. A Poderá ser aplicada a qualquer crime militar, quando reputada adequada para a reprovação do crime pelo juiz auditor.

B A pena de morte é executada por enforcamento.

C A pena de morte pela prática de crime militar é considerada pena principal, mas só poderá ser aplicada em caso de guerra declarada.

D A pena de morte prescreve em vinte anos.

E A sentença definitiva de condenação à morte somente será comunicada ao presidente da República quando ela for imposta em zona de operações de guerra, pois ele poderá conceder indulto ou comutar a pena. Nos demais casos, como a pena é executada imediatamente, não há utilidade na notificação do presidente.

170- Quanto ao crime e ao concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A A participação de somenos importância é causa de diminuição da pena de um sexto a um terço.

B O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não será punido sequer pelos atos já praticados.

C Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

D O agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa, não tem a sua pena agravada no âmbito do Direito Penal Militar.

E O soldado da polícia militar não é culpado se comete crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico em matéria de serviços, ainda que manifestamente criminosa.

171- Um soldado da polícia militar fazia patrulhamento em via pública quando se deparou com pessoa que parecia portar drogas. Ao aproximar-se para efetuar busca pessoal, o abordado correu para evitar a prisão, momento em que o soldado efetuou disparos com a arma de fogo da corporação para impedir a fuga, com isso provocando a morte do civil. Com base na situação descrita e considerando que o Código Penal Militar prevê que a conduta de matar alguém corresponde ao crime de homicídio simples, assinale a alternativa correta.

- A O soldado praticou crime militar, motivo pelo qual será julgado pela Justiça Militar do Distrito Federal.
- B Apesar de o ato praticado pelo soldado não ser crime militar, o julgamento será realizado perante a Justiça Militar.
- C A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu em exercício regular de direito.
- D Por se tratar de crime doloso praticado contra a vida de civil, a conduta do soldado não caracteriza crime militar, razão pela qual o julgamento ocorrerá na Justiça Comum.
- E A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu no estrito cumprimento do dever legal.

172- Sobre as causas extintivas de punibilidade previstas no Código Penal Militar, verifica-se que

- A a prescrição, no caso de reforma ou suspensão de exercício, se aperfeiçoa no prazo de 2 (dois) anos.
- B as causas de extinção da punibilidade, previstas na parte geral do Código Penal Militar, são taxativas. C no crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, e, se oficial, a de sessenta.
- D a reabilitação, enquanto causa de extinção da punibilidade, alcança as penas principais impostas por sentença definitiva.

173- Sobre as penas no Código Penal Militar, tem-se que

- A a pena mínima de reclusão é de um ano, e a máxima é de trinta anos.
- B a pena privativa de liberdade por mais de 2 (dois) anos, aplicada a militar, somente pode ser cumprida em penitenciária militar.
- C a pena de morte será executada por enforcamento, podendo ser executada em qualquer tempo, depois de passada em julgado a condenação.
- D a pena de prisão simples possui a mesma característica daquela prevista para as contravenções penais na legislação comum. Respostas

174- Ainda quanto aos crimes militares, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo crimes propriamente militares, a revolta e o motim podem ter um civil como coautor, visto que a descrição típica dos delitos exige, para a sua configuração, a participação de dois ou mais agentes.

Certo Errado

175- Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.

Considere que um funcionário civil, designado para prestar serviço em local de administração disciplinar e submetido a preceito militar, tenha empurrado, propositalmente, seu chefe imediato, um oficial militar, arrancado com violência sua cobertura e rasgado seu fardamento, sem, no entanto, ocasionar-lhe lesão de qualquer natureza.

Nessa situação, a violência contra o chefe, um oficial, caracteriza violência contra superior, crime propriamente militar, respondendo o seu autor como se militar fosse.

Certo Errado

GABARITO

101: C Art. 40	102: B Art. 53	103: C	104: D	105: D
106: B Art. 33	107: B Art. 39	108: C Art. 99	109: C Art. 123	110: B Art. 65
111: C Art. 125.	112: D Art.6º	113: E Art. 2º	114: E Art. 2º	115: C Art. 132
116: E Art.99	117: E	118: Art. 78	119: C	120: A Art. 39, 42
121: D Art. 35	122: C	123: E	124: C Art. 110.	125: C
126: E Art.36	127: A	128: E	129: D Art. 45.	130: B Art. 121

131: D Art.56	132: A Art. 53	133: C	134: B Art. 32.	135: B Art. 30.
136: A Art. 102	137: C Art. 111	138: D Art. 55	139: E Art. 123	140: A Art. 49
141: B Art. 40.	142: B Art. 106	143: D Art. 110.	144: A	145: D Art. 123.
146: A Art. 33	147: A Art. 98.	148: A	149: E Art. 38.	150: D Art. 70.
151: A Art. 99	152: B Art. 123	153: C Art. 29	154: D Art. 53.	155: C Art. 55.
156: A Art. 127	157: C Art. 42	158: D Art. 39	159: D Art. 30.	160: D Art. 38
161: E Art. 35.	162: A	163: A Art. 56	164: B Art. 42	165: A Art. 75.
166: C Art. 123	167: D Art. 61	168: D Art. 166.	169: C Art. 56.	170: C Art. 53.
171: D Art. 83	172: C Art. 132	173: A Art.59	174- E	175- E

DICA: PENAS PRINCIPAIS

<p>PENAS PRINCIPAIS: MOREI DE PRISÃO SUS REFORMA</p> <p>MO rte</p> <p>RE clusão</p> <p>I mpedimento</p> <p>DE tenção</p> <p>PRISÃO</p> <p>SUS pensão</p> <p>REFORMA</p>	<p>REGIMES:</p> <p>DETENÇÃO</p> <p>➤ PENA MÍNIMA: 30 DIAS</p> <p>➤ PENA MÁXIMA: 10 ANOS</p> <p>RECLUSÃO:</p> <p>➤ PENA MÍNIMA: 1 ANO</p> <p>➤ PENA MÁXIMA: 30 ANO</p>
---	---

DICA: EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

<p><u>M I N P A R A R</u></p> <p>Morte</p> <p>Indulto</p> <p>Prescrição</p> <p>Abolitio criminis</p> <p>Reabilitação</p> <p>Anistia</p> <p>Ressarcimento do dano no peculato</p>

DICA: SUSPENSÃO X REVOGAÇÃO CONDICIONAL DA PENA

Suspensão Condicional da Pena - infração disciplinar considerada grave - Revogação Obrigatória

Livramento Condicional - infração disciplinar considerada grave - Revogação Facultativa

A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA **NÃO SE ESTENDE ÀS PENAS DE:**

- **REFORMA;**
- **SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO POSTO/GRADUAÇÃO OU FUNÇÃO;**
- **PENA ACESSÓRIA**

DICA: PENAS ACESSÓRIA – BIZU

Penas Acessórias PEPIISS

Perda do posto e da patente

Exclusão das Forças Armadas

Perda da função pública

Incompatibilidade com o oficialato

Indignidade para o oficialato

Inabilitação para exercício da função pública

Suspensão do pátrio poder tutela ou curatela

Suspensão dos direitos políticos

PRINCIPAIS ARTIGOS DOS TÓPICOS

Art. 55 - Definição das penas principais

Art. 56 e 57 - Pena de Morte

Art. 58 – Reclusão e Detenção

Art. 59 Prisão

Art. 84 – Suspensão condicional da pena – *SURDIS*

Art. 98 – *Definição das penas acessórias*

Art. 99 – Perda do Posto

Art. 102 Exclusão das forças armadas

Art. 110 – Medidas de segurança

Art. 123 – Extinção de punibilidade

Atentar para prescrição e reabilitação. Além do ressarcimento no peculato culposos

CRIMES MILITARES

201- Considere hipoteticamente que, em 11 de junho de 2020, o PM Cabo J. C. e o soldado G. B. iniciaram o serviço de policiamento ostensivo. Ao notarem que a viatura, a qual conduziam, estava abastecida com 80 litros de gasolina, de comum acordo, resolveram seguir para o Posto Caveira, localizado em uma BR próxima, para retirarem parte da

gasolina da viatura, vendê-la por R\$ 3,00 o litro e dividirem o lucro que auferissem com a venda. Enquanto enchiam o galão, foram surpreendidos pelo Capitão A. R., o qual lhes deu voz de prisão pela prática do crime militar de furto qualificado, previsto no art. 240, § 6º, incisos II e IV, todos do Código Penal Militar (CPM). Com base no fato descrito e nas regras previstas para o concurso de agentes no CPM, assinale a alternativa correta.

A O PM Cabo J. C. deve ter a pena agravada e, portanto, maior que a aplicada ao soldado G. B., porque coagiu este a cometer o crime.

B O PM Cabo J. C. deve ter a pena reduzida e, portanto, menor que a aplicada ao soldado G. B., porque a participação dele no crime é de somenos importância.

C O ajuste entre o PM Cabo J. C. e o soldado G. B. não é punível porque o crime não foi consumado.

D O fato descrito caracteriza crime de autoria coletiva necessária; logo, o PM Cabo J. C. deve ser considerado o mentor e receber pena maior que a aplicada ao soldado G. B..

E O PM Cabo J. C. e o soldado G. B. agiram em coautoria e, segundo o CPM, quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

202- Entre os crimes contra a administração militar, o Código Penal Militar prevê o crime militar de peculato, o qual se caracteriza quando o agente pratica a conduta de

A apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.

B apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza.

C subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

D exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

E exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

203- Quanto ao crime de deserção, marque a opção correta, de acordo com o Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar.

A Em tempo de guerra, não cabe pena de morte no caso de deserção em presença do inimigo.

B No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o oficial desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos.

C Os prazos para a consumação do crime de deserção em tempo de guerra são reduzidos pela metade.

D Consumada a deserção de um Guarda-Marinha, este será agregado, fazendo-se publicação, em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à Auditoria competente.

E Sargento Rafael faltou à formatura matinal de sua Organização Militar no dia 17 de dezembro de 2019. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o sargento passou à condição de desertor a partir da OOhOOmin (zero hora) do dia 25 de dezembro de 2019.

204- De acordo com o Código Penal Militar, assinale a opção correta:

A Ocorre crime quando o comandante de navio, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas.

B No crime de estelionato se o agente é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção ou diminuí-la pela metade.

C No caso de lesões levíssimas, o juiz não pode considerar a infração como disciplinar.

D No crime de falso testemunho ou falsa perícia, o fato deixa de ser punível, se, antes da sentença o agente se retrata.

E No crime de favorecimento pessoal, se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, tutor ou curador do criminoso, fica isento de pena.

205- Em relação aos crimes contra a Administração Militar, o Código Penal Militar prevê o crime militar de prevaricação, o qual se caracteriza quando o agente pratica a conduta de

A retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

B deixar o médico militar, no exercício da função, de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória.

C deixar de responsabilizar o subordinado que comete infração no exercício do cargo ou, quando lhe faltar competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

D desobedecer a ordem legal de autoridade militar. E desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela.

206- Trata-se de caso assimilado de deserção, conforme previsto no art. 188 do Código Penal Militar, a conduta do

A militar preso por evadir-se usando de violência contra a pessoa.

B militar que deixa de se apresentar no momento da partida do navio ou da aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve.

C oficial que deixa de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber, encontrar-se entre os seus comandados

D militar que deixa de se apresentar à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.

E militar que não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou de férias.

207- Segundo o Código Penal Militar, o crime militar de falsidade ideológica caracteriza-se quando o agente pratica a conduta de

A atestar ou certificar falsamente, em razão de função, ou profissão, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo, posto ou função, ou isenção de ônus ou de serviço, ou qualquer outra vantagem, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

B falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

C omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade referente a fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar

D destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento verdadeiro, de que não podia dispor, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

E usar, como próprio, documento de identidade alheia, ou de qualquer licença ou privilégio em favor de outrem, ou ceder a outrem documento próprio da mesma natureza, para que dele se utilize, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

208- O Desacato a superior é crime contra a administração militar e está tipificado no art. 298 do Código Penal Militar como ofensa à dignidade ou ao decoro, procurando deprimir a autoridade do superior. Qual a pena imposta a este crime?

A Detenção, até dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

B Reclusão, até quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

C Detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui outro crime.

D Reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

209- Marque a alternativa CORRETA. Um Cabo da Polícia Militar, pertencente ao Regimento de Cavalaria, propositalmente, bateu por várias vezes com o seu rebenque no rosto de um Soldado, seu colega de fada, com a finalidade de humilhá-lo. A luz do Código Penal Militar (CPM) o Cabo cometeu:

A Ofensa aviltante a inferior (art. 176 do CPM).

B Injúria real (art. 217 do CPM).

C Lesão corporal (art. 209 do CPM).

D Violência contra inferior (art. 175 do CPM).

210- Em consonância com a parte geral e especial do Código Penal Militar (Decreto-lei n. 1.001/69), em especial os crimes militares em tempo de paz, e, ainda, em face do previsto na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo, assinalando “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas:

() Comete o crime de falsa identidade, art. 318 do CPM, o civil que atribui a terceiro, perante a administração militar federal, falsa identidade, para obter vantagem em proveito próprio.

() Comete o crime de violação do dever funcional com o fim de lucro, art. 320 do CPM, o civil que viola, em qualquer negócio de que tenha sido incumbido pela administração militar estadual, seu dever funcional para obter vantagem sexual.

() Comete o crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, art. 321 do CPM, o civil que extravia documento da administração militar federal, de que tem a guarda em razão do cargo.

() Comete o crime de violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação, art. 325 do CPM, o civil que devassa indevidamente o conteúdo de correspondência dirigida à administração militar federal. Marque a alternativa CORRETA:

A Somente duas assertivas são verdadeiras.

B Somente uma assertiva é falsa.

C Todas as assertivas são falsas.

D Somente uma assertiva é verdadeira.

211-Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Código Penal Militar (CPM), são crimes militares previstos contra a segurança externa do país ou contra a incolumidade pública em que não se admite a modalidade culposa:

A Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem (art. 143 do CPM); Usura pecuniária (art. 267 do CPM); Epidemia (art. 292 do CPM); Corrupção ou poluição de água potável (art. 294 do CPM);

B Inundação (art. 272 do CPM); Embriaguez ao volante (art. 279 do CPM); arremesso de projétil (art. 286 do CPM); Receita ilegal (art. 291 do CPM)

C Violação de território estrangeiro (art. 139 do CPM); Sobrevoos em local interdito (art. 148 do CPM); Perigo de inundação (art. 273 do CPM); Subtração, ocultação ou inutilização de material de socorro (art. 275 do CPM);

D Consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem (art. 143 do CPM); Interrupção ou perturbação de serviço ou meio de comunicação (art. 288 do CPM);

Envenenamento com perigo extensivo (art. 293 do CPM); Desobediência (art. 301 do CPM).

212- A Assinale a alternativa correta que indica a conduta típica que configura crime de corrupção passiva, assim como delineado no Código Penal Militar.

A oferecer ou prometer dinheiro para a prática de ato funcional

B participar, de modo ostensivo, diretamente, em contrato ou fornecimento de qualquer serviço concernente à administração militar, sobre que deva informar em razão do ofício

C receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem

D dar ou prometer vantagem indevida para o retardamento de ato funcional

E participar, de forma simulada, por interposta pessoa, em concessão de qualquer serviço concernente à administração militar, sobre a qual deva exercer fiscalização em razão do ofício

213- No que se refere ao crime militar de “falsificação de documento”, assinale a alternativa correta.

A a pena do crime é de detenção, até seis meses, se o fato não constitui elemento de crime mais grave

B a pena é agravada se o agente é oficial ou exerce função em repartição militar

C a pena é agravada se o crime é praticado em prejuízo de terceiro

D é irrelevante ter sido o documento emitido para servir como título ou garantia de dívida

E a pena é agravada se o crime é praticado com o fim de lucro

214- No que se refere ao crime de desobediência, como previsto no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A seu cometimento não se apresenta, simultaneamente, como transgressão disciplinar

B configura crime de desobediência a insurgência a uma ordem ilegal

C o crime de desobediência pode ser praticado por civil, desde que este se oponha ao cumprimento de uma determinação emanada de um militar em serviço

D para que ocorra o crime de desobediência, imperativo se faz que a determinação parta de uma autoridade militar

E ainda que ocorra uma oposição a uma ordem superior, mediante violência, estaremos diante do crime de desobediência

215- No que se refere ao crime de peculato-furto, como previsto no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A no peculato-furto, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta

B no peculato-furto, a conduta típica se perfaz quando o agente se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo ou comissão, recebeu por erro de outrem

C no peculato-desvio, o arrependimento posterior, faz com que o agente responda pelos atos até então praticados

D no peculato-furto, a conduta típica se consubstancia quando o sujeito ativo se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tenha posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão verifica-se o peculato-furto quando o agente, embora não tenha a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o

E subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar

216- A ofensa à dignidade ou ao decoro são elementares que se fazem presentes expressamente no crime militar de:

A desacato a assemelhado ou funcionário

B ingresso clandestino

C desacato a superior

D desobediência

E desacato a militar

217- O ato de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” configura o crime militar de:

A abuso de confiança

B condescendência criminosa

C omissão de dever funcional

D retardamento de ato de ofício

E prevaricação

218- A conduta de “apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio”, especificada no artigo 303 do Código Penal Militar (CPM), caracteriza o crime imprópriamente militar de

A concussão.

B estelionato.

C peculato.

D furto simples.

E prevaricação.

219- Considere hipoteticamente que o Sd. Silva está em serviço de sentinela de um determinado quartel. Durante a madrugada, ele resolveu, sem autorização ou ordem superior, deixar o posto de sentinela e dirigir-se a uma lanchonete situada do outro lado da rua, em lugar fora da área sob administração militar. Enquanto lanchava despreocupadamente, foi surpreendido e recebeu voz de prisão de dois colegas de serviço, que realizavam ronda externa.

A conduta do Sd. Silva caracteriza o crime militar de A deserção.

B abandono de posto.

C insubmissão.

D recusa de obediência.

E amotinamento.

220- Nos termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que

A pratica o crime militar de deserção o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.

B caracteriza o crime militar de revolta a reunião de militares agindo contra a ordem recebida de superior, ou negandose a cumpri-la.

C promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar caracteriza o crime militar de motim.

D o militar que, embora não tendo a posse ou a detenção de dinheiro, valor ou bem, público ou particular, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário, incorre no crime militar de peculato culposos.

E a participação de militar, de modo ostensivo ou simulado, diretamente ou por interposta pessoa, em contrato, fornecimento ou concessão de qualquer serviço concernente à administração militar, sobre que deva informar ou exercer fiscalização em razão do ofício caracteriza o crime militar de corrupção passiva.

221- Configura o delito de exercício de comércio por oficial a conduta do

A tenente da ativa que é acionista em sociedade anônima.

B soldado da reserva que é sócio de padaria com outros dois irmãos, inclusive laborando nesta durante os horários de folga.

C major reformado que gerencia sociedade comercial da esposa.

D capitão da ativa que é dono de empresa de administração de condôminos e atua à frente desta, oferecendo, contratando etc.

E sargento que é cotista em sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

222- Nos termos do Código Penal Militar, considere que um militar tenha abandonado, sem ordem superior, o lugar de serviço que lhe tenha sido designado, antes do término.

A conduta descrita é tipificada como A deserção.

B omissão de oficial.

C abandono de posto.

D descumprimento de missão.

223- Assinale o que corresponde à alternativa correta, de acordo com os Crimes contra a Administração Militar:

A O ressarcimento do dano no peculato culposo, antes da sentença, constitui causa extintiva de punibilidade.

B A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumila, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de corrupção ativa.

C No crime de peculato doloso e peculato furto, a pena é reduzida pela metade se o ressarcimento do dano ocorre antes da sentença.

D No crime de concussão, a pena é diminuída se a infração de ato funcional se deu sob influência ou pedido de superior hierárquico.

E Expor a perigo, viatura ou qualquer outro meio de transporte militar, que tenha sob guarda, proteção ou requisição militar emanada de ordem legal, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento, configura crime contra a Administração Militar.

224- Assinale a alternativa correta sobre a conduta que consiste no crime de peculato.

A Constitui prática do referido crime, apropriar-se de dinheiro público de que se tem a detenção em razão do cargo, aumentando-se a pena de um sexto, se o objeto da apropriação é de valor superior a trinta vezes o salário mínimo

B Constitui prática do referido crime, apropriar-se de dinheiro público ou particular de que se tem a posse em razão do cargo, aumentando-se a pena da metade, se o objeto da apropriação é de valor superior a doze vezes o salário mínimo

C Constitui prática do referido crime, apropriar-se de dinheiro público ou particular de que se tem a posse em razão do cargo, aumentando-se a pena de um terço, se o objeto da apropriação é de valor superior a vinte vezes o salário mínimo

D Constitui prática do referido crime, apropriar-se de dinheiro público de que se tem a detenção a posse em razão do cargo, aumentando-se a pena de dois terços, se o objeto da apropriação é de valor superior a dez vezes o salário mínimo

E Constitui prática do referido crime, apropriar-se de dinheiro público ou particular de que se tem a posse em razão do cargo, aumentando-se a pena de um sexto, se o objeto da apropriação é de valor superior a oito vezes o salário mínimo

225- Assinale a alternativa correta sobre a conduta que consiste no crime de abandono de posto.

A Abandonar, com ou sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado

B Abandonar, com ou sem ordem superior, o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo

C Abandonar, sem ordem superior, o serviço que lhe cumpria, depois de terminá-lo

D Abandonar, sem ordem superior, o posto de serviço que lhe tenha sido designado

E Abandonar, com ou sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, depois de terminá-lo

226- Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta sobre a conduta que consiste no crime de deserção.

A Comete tal crime o militar que se ausentar, sem licença, do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, incorrendo na mesma pena o militar que não se apresentar no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias

B Comete tal crime o militar que se ausentar, sem licença, do lugar em que deve permanecer, por mais de cinco dias, incorrendo na mesma pena o militar que deixar de se apresentar a autoridade competente, dentro do prazo de quatro dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra

C Comete tal crime o militar que se ausentar, sem licença, do lugar em que deve permanecer, por mais de doze dias, incorrendo na mesma pena o militar que não se apresentar no lugar designado, dentro de cinco dias, findo o prazo de trânsito ou férias

D Comete tal crime o militar que se ausentar, sem licença, do lugar em que deve permanecer, por mais de três dias, incorrendo na mesma pena o militar que deixar de se apresentar a autoridade competente, dentro do prazo de dois dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra

E Comete tal crime o militar que se ausentar, sem licença, do lugar em que deve permanecer, por mais de quinze dias, incorrendo na mesma pena o militar que não se apresentar no lugar designado, dentro de dez dias, findo o prazo de trânsito ou férias

227- Assinale a alternativa correta sobre a conduta prevista para o crime de peculato.

A Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio

B Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio

C Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio

D Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que público, de que tem a posse e não a detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio

E Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, desde que particular, de que tem a detenção e não a posse, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio

228- Assinale a alternativa correta sobre a conduta prevista para o crime de desacato a superior de posto.

A Comete tal crime o agente que desacatar superior, lhe ofendendo a dignidade, diminuindo-se a pena se o superior é oficial comandante da unidade a que pertence o agente

B Comete tal crime o agente que desacatar superior, lhe ofendendo a dignidade, agravando-se a pena se o superior é oficial comandante da unidade a que pertence o agente

C Comete tal crime o agente que desacatar superior, lhe ofendendo a dignidade, não havendo previsão de agravamento da pena

D Comete tal crime o agente que desacatar superior, lhe ofendendo o decoro, diminuindo-se a pena se o superior é oficial comandante da unidade a que pertence o agente

E Comete tal crime o agente que desacatar superior, lhe ofendendo o decoro, não importando se o superior é oficial comandante

229- Assinale a alternativa correta sobre a pena prevista para o crime de abandono de posto.

A Detenção, de seis meses a um ano diminuindo-se a pena se o agente é oficial

B Reclusão, de um a dois anos diminuindo-se a pena se o agente exercia função de comando

C Reclusão, de seis meses a um ano diminuindo-se a pena se o agente é oficial

D Reclusão, de um a dois anos diminuindo-se a pena se o agente é oficial

E Detenção, de três meses a um ano

230- Assinale a alternativa correta sobre a conduta que consiste no crime de deserção após analisar os itens a seguir

A Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de dez dias

B Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de cinco dias

C Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de dois dias

D Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias

E Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de quatro dias

231- De acordo com o Código Penal Militar, assinale a opção que apresenta a descrição de conduta que pode ser tipificada como apropriação indébita.

A Influir para que terceiro, de boa fé, adquira coisa proveniente de crime.

B Vender ou dar em pagamento coisa própria inalienável, silenciando sobre tal circunstância.

C Adquirir coisa que, por sua natureza, deve presumir-se obtida por meio criminoso.

D Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou detenção.

E Apropriar-se de coisa alheia perdida, deixando de restituir ao dono no prazo de 10 dias.

232- De acordo com entendimento atual constante em Enunciado de Súmula do STM, a caracterização do crime de insubmissão, tipificado no art. 183 do Código Penal Militar, ocorre quando

A provado, de maneira incontestada, o conhecimento pelo conscrito da data e local de sua apresentação para incorporação, através de documento hábil constante dos autos. A confissão do indigitado insubmisso deverá ser considerada no quadro do conjunto probatório.

B provado, de maneira incontestada, o conhecimento, pelo conscrito, da data e local de sua apresentação, para incorporação, seja através de documentos ou anotação hábil constante dos autos, seja através de sua própria confissão.

C não houver a apresentação do convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, independentemente de prova incontestada de que o conscrito tinha o conhecimento da data e local de sua apresentação.

D não houver a apresentação do convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, e desde que demonstrado nos autos que o conscrito tinha o potencial conhecimento da data e local de apresentação para incorporação.

E não houver a apresentação do convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, e o conscrito não provar, de maneira incontestada, que não tinha o conhecimento da data e local de sua apresentação para incorporação.

233- Segundo o Código Penal Militar, "recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução" caracteriza espécie de:

A Desobediência.

B Desacato a superior.

C Insubmissão.

D Insubordinação.

E Desrespeito a superior.

234- Nos termos do Código Penal Militar (CPM), marque a alternativa CORRETA que define o crime de Falsidade Ideológica, previsto no art. 312 da mencionada legislação:

A Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

B Falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

C Atestar ou certificar falsamente, em razão da função, ou profissão, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo, posto ou função, ou isenção de ônus ou de serviço, ou qualquer outra vantagem, desde que o fato atente contra a administração ou serviço militar.

D Omitir ou obstruir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou colar declaração verdadeira que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

235- Considere hipoteticamente que as férias de um policial militar findaram em 12 de janeiro de 2017, no entanto ele não compareceu ao serviço dessa data em diante. Nesse caso, a conduta do policial militar configura crime de

A resistência.

B abandono de posto.

C recusa de obediência.

D deserção.

E insubmissão.

236- O policial militar que durante sua atividade laboral retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal comete crime militar de:

A Condescendência criminosa.

B Inobservância de lei, regulamento ou instrução.

C Prevaricação.

D Abuso de confiança ou boa-fé.

237- Nos termos do Código Penal Militar (CPM), marque a alternativa CORRETA:

A O crime de Violência contra superior, previsto no art. 157 do CPM, exige que a conduta delituosa seja praticada diante de outro militar.

B O crime de Rigor excessivo, previsto no art. 174 do CPM, exige, obrigatoriamente, para sua consumação a prática de violência.

C O crime de Motim, previsto no art. 149 do CPM, é um crime atentatório a autoridade ou disciplina militar.

D O crime de Deserção, previsto no art. 187 do CPM, se consuma no oitavo dia de ausência injustificada do militar.

238- O militar que se negar a obedecer a ordem de seu superior hierárquico, chefe direto, relativo a serviço ou dever imposto em lei, comete crime militar de:

A Descumprimento de missão.

B Recusa de Obediência.

C Desobediência.

D Omissão de providências para evitar danos.

239- O crime militar de prevaricação consiste em

A retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

B violar, em qualquer negócio de que tenha sido incumbido pela administração militar, seu dever funcional para obter especulativamente vantagem pessoal, para si ou para outrem.

C deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

D deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar.

E entrar no exercício de posto ou função militar, ou de cargo ou função em repartição militar, antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar o exercício, sem autorização.

240- Incorre na pena prevista para o crime militar de violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação aquele que

A devassar indevidamente o conteúdo de correspondência dirigida à administração militar.

B indevidamente se apossar de correspondência, desde que ela esteja fechada, e apenas com o objetivo de destruí-la.

C indevidamente divulgar, transmitir a outrem ou abusivamente utilizar comunicação de interesse militar.

D indevidamente se apossar de correspondência, embora não fechada, desde que o faça apenas com o objetivo de destruí-la.

E revelar fato de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo.

241- Incorre na mesma pena prevista para o crime de deserção, o militar que

A não se apresenta no lugar designado, dentro de sete dias, findo o prazo de trânsito.

B deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de cinco dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação. C deixa de se apresentar à autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.

D deixa de se apresentar, dentro do prazo de cinco dias, tendo cumprido a pena.

E consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, por qualquer meio.

242- NÃO incorre no crime de insubmissão, aquele A convocado que deixa de se apresentar à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado.

B convocado que, tendo se apresentado à incorporação, ausenta-se antes do ato oficial de incorporação.

C militar que recusar obedecer à ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.

D militar que, dispensado temporariamente da incorporação, deixa de se apresentar, decorrido o prazo de licenciamento, mas se apresenta voluntariamente em até um ano.

E militar que, dispensado temporariamente da incorporação, deixa de se apresentar, decorrido o prazo de licenciamento, por ignorância dos atos da convocação militar.

243- São crimes contra o serviço militar e o dever militar, com esteio no Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM):

A furto, roubo, estelionato e peculato.

B traição, traição imprópria e cobardia.

C Insubmissão, deserção, favorecimento a desertor e abandono de posto.

D hostilidade contra país estrangeiro, provocação a país estrangeiro, ato de jurisdição indevida e violação de território estrangeiro.

E censurar ato de superior, responder de maneira desatenciosa ao superior, deixar deliberadamente de corresponder ao cumprimento do subalterno e ser descuidado no asseio do corpo e do uniforme.

244- Considerando os preceitos legais que regem o processo penal militar e o entendimento jurisprudencial e doutrinário dominantes, julgue o próximo item.

A insubmissão é o único crime militar cujo agente do delito é exclusivamente o civil, sendo que tal qualidade integra o tipo penal. Todavia, a incorporação do insubmisso é condição objetiva de procedibilidade da ação penal.

Certo Errado

245- Quanto aos crimes militares, o próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Uma praça da PM da ativa praticou, de forma reiterada, com intuito de lucro, compra e revenda de automóveis, tornando essa atividade comercial a sua principal fonte de renda.

Nessa situação, a conduta da praça resolver-se-á no âmbito disciplinar, uma vez que o crime de comércio ilícito previsto no diploma penal castrense tem como sujeito ativo somente o militar, na condição de oficial.

Certo Errado

246- Qual a tipificação aplicável ao crime de deserção?

A Deixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.

B Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo.

C Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de 8 (oito) dias.

D Deixar o comandante de manter a força sob seu comando em estado de eficiência.

247- Considerando os preceitos legais que regem o processo penal militar e o entendimento jurisprudencial e doutrinário dominantes, julgue o próximo item.

Para o crime de deserção, a qualidade de militar da ativa é condição de procedibilidade para a propositura da ação penal e para o seu prosseguimento até decisão final.

Certo Errado

248- Quanto aos crimes militares, o próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Uma praça da PM da ativa praticou, de forma reiterada, com intuito de lucro, compra e revenda de automóveis, tornando essa atividade comercial a sua principal fonte de renda. Nessa situação, a conduta da praça resolver-se-á no âmbito disciplinar, uma vez que o crime de comércio ilícito previsto no diploma penal castrense tem como sujeito ativo somente o militar, na condição de oficial.

Certo Errado

249- Considerando os preceitos legais que regem o processo penal militar e o entendimento jurisprudencial e doutrinário dominantes, julgue o próximo item.

A insubmissão é o único crime militar cujo agente do delito é exclusivamente o civil, sendo que tal qualidade integra o tipo penal. Todavia, a incorporação do insubmisso é condição objetiva de procedibilidade da ação penal.

Certo Errado

250- Ainda quanto aos crimes militares, julgue o item que se segue.

A distinção entre a conduta de desrespeito e o desacato ao superior consiste em que, na primeira situação, o subordinado falta com o respeito e a consideração devida ao superior — o que se resolve apenas no âmbito disciplinar, sem tipicidade penal —, ao passo que, na situação de desacato prevista como crime militar, o agente ofende moralmente o superior, com o livre propósito de diminuir a sua autoridade.

Certo Errado

251- Quanto aos crimes militares, cada um do próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Uma praça da PM da ativa praticou, de forma reiterada, com intuito de lucro, compra e revenda de automóveis, tornando essa atividade comercial a sua principal fonte de renda.

Nessa situação, a conduta da praça resolver-se-á no âmbito disciplinar, uma vez que o crime de comércio ilícito previsto no diploma penal castrense tem como sujeito ativo somente o militar, na condição de oficial.

Certo Errado

252- Policial militar designado como oficial rondante no policiamento ostensivo aproveita-se dessa condição e se dirige à própria residência, fora da área geográfica que lhe fora destinada, para ajudar a esposa em trabalhos de reforma do imóvel. Em relação ao tipo de abandono de posto, é correto afirmar que esse policial

A não incorre no crime porque, findo o afastamento temporário, retornará à ronda na região correta.

B não incorre no crime porque a ronda, por sua própria natureza, não possui um “posto” ou “lugar de serviço”.

C incorre no crime porque lhe cumpria o serviço de vigiar vários postos, que são cobertos por seus subordinados.

D incorre no crime, mesmo que prove situação de força maior, porque o serviço militar é preponderante em relação a imprevistos de natureza pessoal.

253- Ainda a respeito de crimes militares, julgue o seguinte item.

Se um soldado dormir em serviço, ele só responderá por crime militar se, durante seu sono, ocorrer fato que traga prejuízo para a administração militar.

Certo Errado

254- Ainda a respeito de crimes militares, julgue o seguinte item.

Soldado que, para visitar sua namorada, usa o uniforme com as insígnias de sargento está sujeito a responder pelo crime de uso indevido de uniforme, independentemente de obter alguma vantagem com o uso.

Certo Errado

255- Acerca dos crimes militares, julgue o item a seguir.

Considere que o sargento Adão tenha estacionado seu veículo e deixado a chave na ignição, e que o tenente João, sem autorização de Adão, tenha entrado no veículo e ido à padaria próxima ao quartel, devolvendo, em seguida, o veículo. Nessa situação hipotética, o tenente João não cometeu crime algum, pois o furto de uso não é crime militar.

Certo Errado

256- Acerca dos crimes militares, julgue o item a seguir.

Considere que o cabo Firmino tenha divulgado, falsamente, para outros militares que o soldado Belmiro furtou o telefone celular do sargento Silva. Nessa situação hipotética, o cabo Firmino poderá responder pelo crime de calúnia.

Certo Errado

257- Acerca dos crimes militares, julgue o item a seguir.

Na condescendência criminosa, o autor do delito retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Certo Errado

258- A respeito do delito castrense tipificado no artigo 203 do Código Penal Militar - “Dormir em Serviço”, é correto afirmar que

A a tentativa é juridicamente possível.

B admite a modalidade culposa.

C se trata de um crime militar impróprio.

D o agente pode ser oficial.

259- Em relação ao crime denominado “Exercício de comércio por oficial”, é correto afirmar que

A praticará o delito o oficial da ativa que participar de sociedade anônima, na qualidade de acionista.

B praticará o delito o oficial da reserva remunerada que tomar parte na administração de sociedade comercial.

C a pena é de suspensão do exercício do posto ou reforma.

D a lei penal militar vigente pune também a conduta culposa.

E responderá pelo delito o oficial da ativa que participar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, na qualidade de sócio cotista.

260- Sd PM Barreto, de serviço, havendo tão somente a si e um outro Sd PM no serviço de sentinela da OPM, e estando o serviço em aparente situação de normalidade, por volta das 23h 40m, sem solicitar autorização de seu Comandante, deliberou por sair para comprar uma pizza em uma lanchonete a cerca de 100 metros. Tal conduta caracterizará o crime de

A abandono de posto.

B recusa de obediência a ordem de superior e abandono de posto.

C oposição à ordem de sentinela.

D desrespeito à superior.

GABARITO

201: E Art. 53.	202: A Art. 303	203: C Art. 391	204: D Art. 350, § 2º	205: A Art. 319
206: E Art. 187	207: C Art. 312.	208: B Art. 160,	209: A Art. 176.	210: B Art. 318.
211: C	212: C Art. 308	213: B Art. 311	214: D Art. 301	215: E Art. 303.
216: C Art. 298.	217: E Art. 319	218: C Art. 303.	219: B Art. 163.	220: A Art. 149.
221: D Art. 204	222: C Art. 187	223: A Art. 303	224: C Art. 303	225: D Art. 195.
226: A Art. 187.	227: C Art. 303.	228: B Art. 298	229: E Art. 195	230: D Art. 187
231: D Art. 248	232: A Art. 183	233: D Art. 163	234: A Art. 311	235: D Art. 187
236: C Art. 319	237: C Art. 157	238: B Art. 301	239: A Art. 319	240: C Art. 227 § 1º
241: C Art. 187	242: C Art. 163	243: C Art. 183.	244: C Art. 183	245: C
246: C Art. 187.	247: C	248: C Art. 204.	249: C Art. 184.	250: E Art. 160.
251: C Art. 204.	252: C Art. 195	253: E Art. 203	254: E Art. 171	255: E Art. 241
256: C	257: E Art. 322	258: D Art. 203.	259: C Art. 204	260: A Art. 195.

CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR

COMEÇA NO ARTIGO 149 E VAI ATÉ O ARTIGO 182 CPM

CRIMES CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR

COMEÇA NO ARTIGO 183 E VAI ATÉ O ARTIGO 204 CPM

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR

COMEÇA NO ARTIGO 298 E VAI ATÉ O ARTIGO 339 CPM

DICA: DESOBEDIÊNCIA X RESISTÊNCIA

DESOBEDIENCIA - SEM VIOLENCIA

RESISTENCIA - COM VIOLENCIA

DICA: REUSA DE OBEDIÊNCIA X DESOBEDIÊNCIA

Recusa de Obediência: Recusar obedecer a **ordem do superior**

Desobediência: Desobedecer a ordem legal de **autoridade militar**

DICA: PECULATO X PECULATO-FURTO

Peculato-furto: Subtrair

Peculato: Apropriar-se

A coisa estava na posse do agente?

Sim: Peculato

Não: Peculato-furto

DICA: PECULATO

PECULATO APROPRIAÇÃO

Art. 303. **Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção**, em razão do cargo ou comissão

PECULATO DESVIO

desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de 3 a 15 anos.

PECULATO FURTO

§ 2º Aplica-se a mesma pena a quem, embora **não tendo a posse ou detenção do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou contribui para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio**, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de militar ou de funcionário.

PECULATO CULPOSO

§ 3º Se o funcionário ou o militar contribui **culposamente para que outrem subtraia ou desvie o dinheiro, valor ou bem, ou dele se aproprie**:

Pena - detenção, de 3 meses a 1 ano.

Extinção da punibilidade

§ 4º No caso do parágrafo anterior, **a reparação do dano**, se precede **(antes) a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade**;

Diminuição da pena

se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Arrependimento posterior= redução da metade pena

PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM

Art. 304. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo ou comissão, **recebeu por erro de outrem**:

Pena - reclusão, de 2 a 7 anos.

PECULATO CULPOSO= EXTINGUE A PUNIBILIDADE

PECULATO DOLOSO= NÃO HÁ EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

DICA: ABANDONO DE POSTO

Abandono de posto

Art. 195. Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo:

Pena - detenção, de 3 meses a 1 ano.

OBSERVAÇÃO

- CRIME CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR
- CRIME PROPRIAMENTE MILITAR
- CRIME MILITAR PRÓPRIO
- ENVOLVE ORDEM DE SUPERIOR
- CRIME DE PERIGO ABSTRATO
- INDEPENDE DE DANO OU PREJUÍZO A ADMINISTRAÇÃO MILITAR PARA SUA CONFIGURAÇÃO.

DICA: INSUBMISSÃO

SÚMULA Nº 7 - (DJ 1 Nº 77, de 24/04/95)

"O crime de insubmissão, capitulado no **art. 183 do CPM**, caracteriza-se quando provado de maneira incontestada o conhecimento pelo conscrito da data e local de sua apresentação para incorporação, através de documento hábil constante dos autos. A confissão do indigitado insubmisso deverá ser considerada no quadro do conjunto probatório."

Calúnia: imputar falsamente fato criminoso.

Difamação: imputar fato ofensivo à reputação.

Injúria: ofensa à dignidade e decoro.

CRIMES MILITARES PARTE II

261- De acordo com as regras previstas no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, marque alternativa CORRETA:

A Pelos resultados que agravam especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado dolosamente.

B Há crime militar ainda que o agente o pratique em estrito cumprimento do dever legal.

C Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.

D No crime tentado pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, não podendo o juiz, em nenhuma hipótese, aplicar a pena do crime consumado.

262- Em relação ao crime militar, o Código Penal Militar

A define crime doloso como sendo aquele cometido pelo agente que deixa de empregar a cautela, a atenção ou a diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levemente que poderia evitá-lo.

B trata da excepcionalidade do crime culposos, definindo que, salvo os casos expressos em lei, o agente somente será punido por fato previsto como crime caso o pratique dolosamente.

C não prevê punição para os crimes tentados.

D expressamente prevê, para a hipótese do crime impossível, a aplicação da pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços.

E afirma que não haverá crime quando o agente que pratica o fato quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

263- O crime de desacato a superior classifica-se como:

A de forma vinculada

B complexo

C de concurso necessário

D comum

E propriamente militar

264- Considerando o artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) e suas alterações dadas pelas leis nº 9.299/96 e nº 13.491/17, é correto afirmar que

A os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União somente se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.

B consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

C os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais contra civil, serão da competência da Justiça Militar Estadual se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.

D consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, quando o agente for militar, independente de disposição especial.

E os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, praticados contra militares estaduais da ativa, da reserva, ou reformado, ou civis serão da competência da Justiça Militar Estadual processar e julgar o agente.

265- José da Silva, soldado da Polícia Militar do Estado de Roraima, retornava para casa. Quando estava chegando em frente de sua casa, José da Silva foi surpreendido por três traficantes da região, os quais, ao vê-lo, apontaram-lhe as armas que portavam e, atiraram contra José da Silva. Diante do ataque sofrido, o referido policial militar não titubeou, conseguiu se proteger da investida dos criminosos e agiu conforme seus treinamentos: sacou seu revólver com extrema rapidez e habilidade e, com disparos certos, atingiu letalmente os três homens que atiraram contra ele. José da Silva, então, acionou a Polícia Militar, os quais assumiram a ocorrência. Da leitura do enunciado, é correto afirmar:

A A José da Silva deve ser imputada a prática de três homicídios dolosos, em concurso formal, na forma do artigo 70 do Código Penal.

B A José da Silva deve ser imputada a prática de três homicídios culposos, em concurso formal, na forma do artigo 70 do Código Penal.

C Apesar de sua conduta típica e ilícita, a José da Silva não deve ser aplicada qualquer pena, sendo-lhe inexigível conduta diversa diante das circunstâncias que compunham o contexto em que se viu envolvido, tornando sua ação legítima.

D A José da Silva deve ser imputada a prática de três homicídios dolosos, em concurso material, na forma do artigo 69 do Código Penal.

E A José da Silva não deve ser imputada a prática de crime, uma vez que agiu sob o pálio da legítima defesa enquanto excludente da ilicitude, estando sua ação especialmente justificada pelas circunstâncias da situação em que se viu envolvido.

266- Um Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais apropriou-se de um bem móvel, pertencente à carga patrimonial do Batalhão no qual servia, 100º BPM, e que tinha a posse em razão do seu cargo, como se fosse o legítimo dono, tendo o levado para a sua casa e o utilizado tranquilamente, durante o prazo de 30 dias. Após este prazo, o Cabo se arrependeu de ter levado o mencionado bem para casa, pois descobriu que o mesmo estava sendo alvo de busca e de procura no 100º BPM. Quando o Cabo estava tentando devolver o aludido bem à sua Unidade, foi surpreendido por um superior hierárquico, o qual estava justamente procurando pelo bem desaparecido. Diante dos fatos, o Cabo narrou ao seu superior hierárquico que estava arrependido de ter ficado com o bem, por 30 dias, e que na presente data, estava o devolvendo para o Batalhão, intacto, nas mesmas condições anteriores. Diante dos fatos narrados e à luz do Código Penal Militar

Marque a alternativa CORRETA.

Em relação ao enunciado na questão anterior, à luz do Código Penal Militar (CPM), pode-se afirmar que o Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, pertencente ao 100º BPM, cometeu o crime de:

A Peculato furto.

B Peculato apropriação.

C Furto tentado.

D Furto de uso.

267- A infração penal prevista no Código Penal Militar, sem correspondência no Código Penal Comum, específica e funcional do ocupante do cargo militar, que lesiona bens ou interesses das instituições militares no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, do serviço e do dever militar, traduz a definição doutrinária de:

A crime militar em tempo de paz.

B crime impropriamente militar

C crime de mão própria.

D crime propriamente militar

E crime impossível militar.

268- O Código Penal Militar tipifica como doloso o ato de “reunirem-se dois ou mais militares ou assemelhados, com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em lugar sujeito ou não à administração militar”. Essa conduta caracteriza o crime militar de

A motim.

B revolta.

C omissão de lealdade militar.

D milícia.

E organização de grupo para a prática de violência.

269- Apresenta-se como crime militar o seguinte comportamento típico:

A Deixar de comparecer ao quartel por mais de 48 (quarenta e oito) horas, sem apresentar justificativa

B Assumir o militar, sem ordem ou autorização, no caso de grave emergência, qualquer comando, ou a direção de estabelecimento militar

C Exceder a faculdade de punir o subordinado, fazendo-o com rigor não permitido, ou ofendendo-o por palavra, ato ou escrito

D Evadir-se, ou tentar evadir-se o preso ou internado, usando de violência contra o patrimônio público

270- Configura o crime de “despojamento desprezível” a conduta de:

A Desrespeitar superior diante de outro militar

B Despojar-se de uniforme, condecoração militar, insígnia ou distintivo, por menosprezo ou vilipêndio

C Despojar-se de valor, alimento, arma ou equipamento, de forma atroz ou vexatória

D Praticar o militar diante da tropa, ou em lugar sujeito à administração militar, ato que se traduza em ultraje a símbolo nacional

271- Configura o crime de “omissão de lealdade militar” o ato de:

A Recusar obedecer a ordem do superior a respeito de matéria de serviço

B Fazer apologia de fato que a lei militar considera crime, ou do autor do mesmo, em lugar sujeito à administração militar

C Incitar à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar

D Deixar o militar ou assemelhado de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo

272- Em relação à previsão legal sobre o concurso de agentes no Código Penal Militar, a pena NÃO é agravada em relação ao agente:

A que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito a sua autoridade.

B que executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

C cujo participação é de menor importância

D que coage outrem à execução material do crime.

E que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes

273- Marque a alternativa CORRETA. Segundo as prescrições do Código Penal Militar (CPM), o crime que admite, no mesmo artigo, a modalidade dolosa e preterdolosa é:

A Homicídio (art. 205 do CPM).

B Omissão de providências para evitar danos (art. 199 do CPM).

C Lesão corporal (art. 209 do CPM).

D Incêndio (art. 268 do CPM).

274- A teoria geral do crime militar, diferentemente do que ocorre na esfera comum, não exige apenas a subsunção do fato ao tipo descrito no tipo penal, decorrendo a sua caracterização de complementos insertas nos dispositivos gerais Decreto Nº 1.001/69 (Código Penal Militar), sobretudo aqueles constantes do Art. 9º. De acordo com o texto, assinale a alternativa que contém os crimes previstos exclusivamente no Código Penal Militar:

A Resistência, Insubmissão e Abandono de posto.

B Revelação de notícia, Informação ou documento; Insubmissão e Deserção.

C Promoção ou facilitação da fuga de preso, Insubmissão e Amotinamento.

D Amotinamento, Insubmissão e Abandono de posto.

E Arrebatamento de preso, Insubmissão e Resistência.

275- Assinale a alternativa que apresenta crime militar impróprio.

A Deserção

B Prática de violência contra inferior

C Roubo

D Recusa de obediência

E Abandono de posto

276- O crime tipificado no art. 214 (calúnia), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM), é considerado pela doutrina como sendo

A crime militar impróprio.

B crime militar próprio. C crime putativo.

D crime impossível.

E atípico.

277- N, menor de dezoito anos, aluno de escola preparatória de cadetes, pratica ato violento contra B, também menor de dezoito anos e aluno da mesma instituição de ensino militar, que se encontrava de plantão de alojamento, no interior da escola. O fato, a princípio, foi enquadrado pelos superiores de N como tipificado no art. 158 (violência contra militar de serviço), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM). Diante do exposto, à luz do atual ordenamento jurídico constitucional positivo, em relação a N, é correto afirmar que:

A praticou crime e responderá, penalmente, com base no art. 158, do Decreto-lei praticou crime e responderá, penalmente, com base no art. 158, do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM), haja vista o previsto no art. 51, do mesmo. 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM), haja vista o previsto no art. 51, do mesmo.

B com fundamento no art. 228, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988, cometeu ato infracional sujeito às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069,13. 07.1990 -, e não às normas do CPM e/ou do Decreto-lei nº 2.848, de 07.12.1940 - Código Penal comum (CP).

C por ser menor responderá somente às regras do CP.

D por ser menor e ostentar a qualidade de aluno encontra-se somente sujeito à legislação trabalhista vigente - Decretos nº 5.452, de 1º. 05.1943 -, e nenhuma outra legislação.

E o seu ato não importará em nenhuma medida legal.

278- A respeito do Código Penal Militar assinale verdadeiro (V) ou falso (F) para os itens abaixo e a seguir, indique a opção com a sequência correta.

() Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.

() Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.

() Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

() O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

A F – F – F – F.

B F – V – V – F.

C V – F – F – F.

D V – V – V – V.

279- Ainda quanto aos crimes militares, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo crimes propriamente militares, a revolta e o motim podem ter um civil como coautor, visto que a descrição típica dos delitos exige, para a sua configuração, a participação de dois ou mais agentes.

Certo Errado

280- Qual o crime impropriamente militar que, comum em sua natureza, pode ser praticado por qualquer cidadão, civil ou militar, mas que, quando praticado por militar em certas condições, a lei considera militar?

A Abandono de posto.

B Deserção.

C Peculato.

D Violência contra inferior.

E Recusa de obediência.

281- Wagner é Tenente do Exército, e foi incumbido do cumprimento de atribuições que lhes foram estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa. Após iniciar tais atribuições e por conta desta, Castro comete um crime doloso contra a vida de um civil. Com base nesta situação hipotética, julgue os itens a seguir:

- a) Não há crime, pois Castro estava em missão.
- b) Haverá o julgamento na justiça militar da União.
- c) Castro terá sua pena atenuada por se tratar de um oficial.
- d) Só seria considerado crime, se a incumbência da missão fosse dada pelo presidente da república.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

282- Sobre o que configura conduta típica do crime de recusa de obediência, assinale a alternativa correta.

- a) desrespeitar superior diante de outro militar
- b) despojar-se de uniforme, condecoração militar, insígnia ou distintivo, por menosprezo ou vilipêndio
- c) recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução
- d) promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar
- e) praticar o militar diante da tropa, ou em lugar sujeito à administração militar, ato que se traduza em ultraje a símbolo nacional

283- O ato de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” configura o crime militar de:

- a) abuso de confiança
- b) condescendência criminosa
- c) omissão de dever funcional
- d) retardamento de ato de ofício
- e) prevaricação

284- Matar alguém por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima:

- a) Caracteriza homicídio qualificado.
- b) Caracteriza Homicídio Simples.
- c) Caracteriza uma minorante facultativa de pena.
- d) Caracteriza uma majorante facultativa de pena.
- e) Caracteriza homicídio culposos.

285- O Soldado Ringo, do 114º BIMtz em Salvador, quartel do Exército, está sendo processado por desrespeito a superior na Auditoria da 6ª CJM. Após a oitiva das testemunhas, o MPM obtém e pede juntada aos autos de um vídeo de segurança que mostra áudio e imagem do desrespeito praticado por Ringo contra o Tenente John, no gabinete deste, naquela base. O pedido é deferido com anuência da defesa. No vídeo, fica claro que estavam na sala fechada o réu, o Tenente John e dois servidores civis Harrison e Paul. Nele, se ouve e vê a imagem do Tenente John dizendo calmamente que é a terceira vez que chama atenção do soldado por não fazer manutenção no fuzil após o tiro. Imediatamente, se vê o réu dizendo e gesticulando em amplos movimentos com os braços e dizendo “Ah, qual é, Tenente, fala sério”. No mesmo instante, deu as costas para o oficial, que ainda falava calmamente, e disse, gritando

“Ta bom, eu vou limpar sempre a droga desse fuzil. Que porre!” Com base no texto acima, marque a alternativa correta.

A O vídeo mostra que o Soldado Ringo, na verdade, praticou o crime de desacato a superior.

B O vídeo mostra que o Soldado Ringo, na verdade, praticou um crime de insubordinação.

C O vídeo confirma que o Soldado Ringo, na verdade, praticou o crime de desrespeito.

D O vídeo mostra que não se tipificou o crime de desacato a superior, nem um crime de insubordinação, nem o crime de desrespeito.

E O vídeo mostra que o Soldado Ringo praticou um crime de insubordinação e o de desacato a superior.

286-- Quanto ao crime de Genocídio, julgue os itens

I- Consiste em matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo

II- Tem pena de reclusão, de quinze a trinta anos.

III- Nos casos tido como assimilados, terá punição de reclusão, de quatro a quinze anos, quem, com o mesmo fim inflige lesões graves a membros do grupo;

a) apenas os itens I e II estão corretos;

b) apenas o item II está correto;

c) apenas os itens I e III estão corretos.

d) apenas o item I está correto.

e) todos os itens estão corretos.

287-- Quanto aos crimes de lesão corporal e rixa, julgue o item INCORRETO.

a) O crime de lesão corporal consiste em ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem, tendo como pena detenção de três meses a um ano.

b) Se se produz, dolosamente, perigo de vida, debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, estará configurado a lesão grave, com pena de reclusão, até cinco anos.

c) Se o agente comete o crime de lesão corporal impelido por motivo de relevante valor moral ou social ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena, de um sexto a um terço.

d) No caso de lesões leves, se estas são recíprocas, não se sabendo qual dos contendores atacou primeiro, ou quando ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços.

e) Participar de rixa, inclusive para separar os contendores, terá pena de detenção, até dois meses. Se ocorre morte ou lesão grave, aplica-se, pelo fato de participação na rixa, a pena de detenção, de seis meses a dois anos.

288- Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos crimes militares em tempo de paz.

A Para a tipificação do crime de violência contra superior, há necessidade de que da violência resulte, ao menos, lesão corporal de natureza leve.

B Pratica o crime de desacato a superior o Soldado da Polícia Militar, da ativa, que, dentro da sala de um Tenente da Instituição, ofende lhe a dignidade, ainda que não se encontre mais ninguém no local.

C O crime de oposição à ordem de sentinela exige que o autor seja, no máximo, de igual graduação da sentinela.

D Pratica o crime de desrespeito a superior o Soldado da Polícia Militar, da ativa, que, diante de um Sargento da Polícia Militar, reformado, desrespeita um Tenente da Instituição.

289- O artigo 9º do Código Penal Militar foi alterado pela Lei nº 13.491/2017. Com relação a esta alteração, é correto afirmar:

A é possível aplicar o conteúdo da Lei nº 9.099/95 às infrações penais militares de menor potencial ofensivo, exceto na hipótese de crime de deserção.

B são considerados crimes militares apenas aqueles tipificados exclusivamente na parte especial do Código Penal Militar.

C o Código Penal Militar (CPM) passou a determinar que civis não podem praticar crime militar, exceto na hipótese de coautoria com militar da ativa.

D é possível aplicar o conteúdo da Lei nº 9.099/95 às infrações penais militares de menor potencial ofensivo, exceto na hipótese da Lei Maria da Penha.

E são considerados crimes militares todos os crimes praticados pelo militar nas hipóteses do art. 9º, estejam ou não previstos no CPM.

290- A respeito do concurso de agentes, assinale a alternativa que corresponde a uma das hipóteses ao previsto no art. 53 e seus parágrafos, todos do Código Penal Militar.

A Em regra, as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam a todos aqueles que concorrem para a prática do crime militar.

B Se um dos agentes participa da execução de crime militar em razão da promessa de pagamento de recompensa, sua pena será agravada.

C O agente que instiga alguém sujeito à sua autoridade a cometer o crime terá sua pena atenuada.

D Sempre será considerado “cabeça” o militar inferior hierárquico que instiga a ação, mesmo quando o crime militar for praticado por inferiores e oficiais.

E A punibilidade de qualquer um dos concorrentes está ligada à dos demais, de modo que a absolvição de um dos réus resulta na absolvição de todos os demais.

291- O Código Penal Militar, em relação ao estado de necessidade, adota a teoria diferenciadora, prevendo expressamente tanto a figura do estado de necessidade como excludente de culpabilidade quanto o estado de necessidade como excludente de crime. Considera-se em estado de necessidade excludente de culpabilidade aquele

A que, pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, seja consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não seja legalmente obrigado a arrostar o perigo.

B que, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe seja razoavelmente exigível conduta diversa.

C que, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atingir uma pessoa em vez de outra, o qual responderá como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir.

D que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

E que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, seja, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

292- De acordo com o art. 9º do Código Penal Militar, são crimes militares em tempo de paz todos os previstos na(o)

A legislação comum, quando praticados por militares da reserva contra civis, fora de área sob administração militar

B legislação comum, quando praticados por militares reformados contra civis.

C legislação comum, quando praticados por civis contra militares da reserva ou reformados.

D legislação comum, que não atentem contra as instituições militares, praticados por civil contra militar da ativa, ainda que a circunstância de militar da ativa da vítima seja ignorada pelo agente criminoso.

E Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

293- Qual documento relaciona e classifica os crimes militares, em tempo de paz e em tempo de guerra?

A Código Penal Militar.

B Regulamento Disciplinar para a Marinha.

C Estatuto dos Militares.

D Constituição da República Federativa do Brasil.

E Regulamento Disciplinar para as Forças Armadas.

294- São considerados crimes militares em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar, quando praticados, EXCETO:

A Por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.

B Por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar.

C Por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

D Por militar em serviço, em comissão de qualquer natureza, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito a administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

E Por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

295- Uma das causas extintivas da punibilidade, previstas no Código Penal Militar, é a (o)

A restituição imediata da coisa no furto de uso

B ressarcimento do dano causado no furto simples, antes de instaurada a ação penal.

C ressarcimento do dano, no peculato culposos.

D ressarcimento do dano, no estelionato.

E restituição da coisa ao seu dono ou a reparação do dano causado na receptação.

296- De acordo com o Código Penal Militar, julgue a situação hipotética.

Flauzino estava caminhando pela rua quando foi alvejado por arma de fogo por Arnaldo, seu colega de trabalho. A vítima é socorrida, mas termina falecendo em razão de erro médico.

a) Arnaldo responderá por homicídio doloso

b) Arnaldo responderá por crime na modalidade culposa, enquanto o médico responsável pelo erro responderá por homicídio doloso.

c) O médico responderá por homicídio doloso, enquanto Arnaldo não responderá por crime algum.

d) O médico e Arnaldo respondem por homicídio doloso.

e) Arnaldo responderá por homicídio na modalidade tentada, enquanto o médico responderá por homicídio culposo.

297- Com relação às disposições do Código Penal Militar sobre concurso de agentes, é correto afirmar.

A Não se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.

B A punibilidade de qualquer dos concorrentes é dependente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade.

C Apenas quem, de forma determinante, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

D O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, em qualquer caso, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

E Quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, ou seja, os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.

298- Em relação ao concurso de agentes, tem-se o seguinte:

A na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam, excitam ou impedem a ação

B o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

C a pena pode ser atenuada em relação ao agente que executa o crime, ou nele participa, se o crime for cometido mediante paga ou promessa de recompensa.

D quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.

299- Quanto ao crime e ao concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A A participação de somenos importância é causa de diminuição da pena de um sexto a um terço.

B O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não será punido sequer pelos atos já praticados.

C Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.

D O agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa, não tem a sua pena agravada no âmbito do Direito Penal Militar.

E O soldado da polícia militar não é culpado se comete crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico em matéria de serviços, ainda que manifestamente criminoso.

300- Marque a alternativa CORRETA. À luz do Código Penal Militar, podemos dizer em relação aos crimes cometidos em coautoria que:

A A punibilidade de qualquer dos concorrentes é dependente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

B A pena é diminuída em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

C Reputam-se cabeças os agentes que na prática de qualquer crime cometido por subordinados provocam, instigam ou excitam a ação.

D Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

GABARITO

261- C Art. 40	262- B Art. 33	263-E	264- B Art. 9º	265- E Art. 45
266- B Art. 303	267- D	268- E Art. 150.	269- C Art.174	270- B Art. 160.
271- D Art. 151.	272- C	273- C	274- B ART. 182	275- C
276- A	277- B	278- D	279- E Art. 149	280- C Art. 303
281- B Art. 9º, §2º	282- C Art. 161.	283- E Art. 319	284- C Art. 205	285- D
286- E	287- E	288- B Art. 298	289- E	290- B Art. 53, §2º
291- B Art. 39	292- E Art. 9º, I	293- A	294- D Art. 9º, II	295- C Art. 123
296-E	297- E Art. 53	298- D Art. 53	299- C Art. 42	300- D Art. 53

PREVISÃO LEGAL

>>>> PROPRIAMENTE MILITAR = PREVISTO NO SOMENENTE NO CPM

>>>> IMPROPRIAMENTE MILITAR = PREVISTO NO CP E CPM

AGENTE

>>>>> PRÓPRIO MILITAR = APENAS MILITAR

>>>>> IMPRÓPRIO MILITAR = TANTO CIVIL QUANTO MILITAR

Motim: Reunir "sem armas"

Revolta: Reunir "com armas"

Organização de grupo para prática de violência: "2 ou MAIS com armamento"

Principais crimes:

- ✓ Motim
- ✓ Revolta
- ✓ Omissão de lealdade
- ✓ Conspiração
- ✓ violência contra superior
- ✓ Desrespeito a superior
- ✓ Desrespeito a símbolo nacional
- ✓ Insubmissão
- ✓ Deserção
- ✓ Abandono de posto

- ✓ Dormir em Serviço
- ✓ Homicídio
- ✓ Lesão corporal
- ✓ Genocídio
- ✓ Desacato à superior / Desacato a militar
- ✓ Corrupção ativa/passiva
- ✓ Peculato
- ✓ concussão
- ✓ Excesso de exação.

